



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LARA REGINA DE HARO

GEOPOLÍTICA DA FOME:
SEGURANÇA ALIMENTAR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Florianópolis

2020

LARA REGINA DE HARO

**GEOPOLÍTICA DA FOME:
SEGURANÇA ALIMENTAR E SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ricardo Neumann, Dr.

Florianópolis

2020

LARA REGINA DE HARO

**GEOPOLÍTICA DA FOME:
SEGURANÇA ALIMENTAR E SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2020.

Professor e orientador Ricardo Neumann, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Rafael De Miranda Santos, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profa. Adriana Salay Leme, Ms.
Universidade de São Paulo

À minha família e amigos que sempre estiveram comigo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso foi concebido graças a todo o apoio e dedicação que recebi de pessoas muito especiais que cruzaram o meu caminho durante todos esses anos. Essa caminhada rumo ao crescimento pessoal e profissional foi enriquecedora em todos os sentidos possíveis. Tenho tanto a agradecer que não será possível expressar nesta seção, entretanto, todas as pessoas que fizeram parte da minha jornada serão sempre lembradas com muito carinho.

Agradeço primeiramente à minha família, em especial ao meu pai Marco Antônio, à minha mãe Maria Regina e minha madrinha Rosângela. Vocês são a razão pela qual tenho conseguido transformar meus sonhos em realidade. Devo-lhes tudo, obrigada.

Meus mais sinceros agradecimentos ao corpo docente da Unisul que por todos esses quatro anos transmitiram inesgotavelmente seus conhecimentos, experiências e esperanças a mim e a todos os discentes dessa instituição. Dedico um agradecimento especial ao meu professor orientador, Ricardo Neumann, por ter sido meu guia durante a realização deste trabalho, obrigada.

Queridos amigos, um imenso obrigada pelos conselhos e suporte, de fato foram de muita valia para os meus feitos. Destaco com muito carinho minhas melhores amigas: Letícia Beims, Eduarda Vieira e Luara Alves que me ajudaram no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Por fim, mas não menos importante, dedico este agradecimento aos meus amigos do Centro Acadêmico, especialmente para as minhas amigas Brenda Castro, Manoela Veras e Maria Fernanda. Esses últimos anos foram importantíssimos para mim e acredito veementemente que vocês me ensinaram muito mais do que eu a vocês. Obrigada por me apoiarem e fazerem parte dessa minha jornada.

“A fome é uma das armas mais antigas de conflito no mundo.” (Berit Reiss-Andersen, 2020).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como principal finalidade analisar como um cenário de fome afeta a segurança do sistema internacional, uma vez que a segurança alimentar é um forte fator de estabilização do sistema e o abalo em seu gerenciamento atinge diretamente o *modus operandis* da comunidade global, sendo capaz de alterar a balança de poder. Cabe ressaltar a extrema relevância deste trabalho para a academia, para os especialistas de relações internacionais e para a comunidade em geral, haja vista a forma pela qual está estruturada a geopolítica do alimento. As grandes corporações atingiram o *status* de atores internacionais e hoje atuam no sistema global de forma a manipular o comportamento estatal, no intuito de atingir seus objetivos e de manter sua sobrevivência. Este cenário faz com que andemos em uma linha tênue entre segurança e guerra na busca pelos recursos necessários à manutenção da vida humana no planeta. No que diz respeito à metodologia da presente pesquisa, essa é de natureza básica, de abordagem qualitativa, e com relação aos seus objetivos, é bibliográfica, documental, explicativa e descritiva. Além disso, no anseio de atingir o objetivo principal, foram estruturados três objetivos específicos como guias deste estudo acadêmico, sendo eles: abordar os conceitos de ‘geopolítica’ e ‘segurança alimentar’; apresentar como as diferenças entre os países refletem na agricultura e segurança alimentar; e, compreender, a partir de casos, a interferência da geopolítica do alimento na segurança do sistema internacional. Para melhor entendimento, o presente trabalho está dividido em três seções: a primeira abordará os conceitos do primeiro objetivo específico; seguidamente, será introduzido, à luz dos conceitos já abordados, as diferenças entre os países centrais e periféricos, que implicam na agricultura e na segurança alimentar; posteriormente, apresentar-se-á casos que possibilitem a visualização prática dos efeitos e implicações da fome e da (in)segurança alimentar na comunidade internacional. Conclui-se dizendo que o resultado obtido com essa pesquisa é a melhor organização de um traçado que una a indústria alimentícia à segurança internacional, doravante a correlação de forças que estabelecem as diretrizes do poder na sua dimensão espacial.

Palavras-chave: Geopolítica. Segurança Alimentar. Relações Internacionais.

ABSTRACT

This undergraduate thesis has as its major objective to analyze how a hunger scenario affects the international system's security, once food safety is a strong stabilizer factor and the shake in its management can directly affect the *modus operandis* of the global community, triggering a big change in the balance of power. It's useful to mention the extreme relevancy of this study to the academy, to the experts in international relations and to the community as well, given the way the food geopolitics is structured. Big corporations achieved the international actor's *status* and for that, are able to manipulate state's behavior in order to achieve their goals and maintain their survival. This scenario makes us walk in a tenuous line between safety and war in search of the essential resources for the maintenance of human life on the planet. The methodology of this research is naturally basic, its approach is qualitative, and regarding its objectives it is bibliographic, documentary, exploratory and descriptive. Besides, in order to achieve the main goal, two specific points were structured as guides of this thesis, being them: conceptualize the expression 'geopolitics' and 'food safety'; present how the differences between countries reflect in agriculture and food security; and, understand, from cases, the interference of the geopolitics of food in the security of the international system. For a better understanding, this paper is divided into three sections: the first one will approach the concepts of the first specific point; the second one will introduce, in light of the concepts already discussed, the differences between central and peripheral countries that implies in the farming and the food security; and the last one will present cases that enable the practical understanding of the hunger and food security effects in the international community. Moreover, it must also be said that the result obtained with this undergraduate thesis is the better organization of a thought that links the food industry to the international safety, henceforth the power correlation that set the guidelines of power on its space dimension.

Keywords: Geopolitics. Food Safety. International Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição de subnutridos no mundo	19
Figura 2 – Terras agrícolas por país	20
Figura 3 – Ranking dos maiores exportadores de commodities	21
Figura 4 – Comparativo entre Brasil e Indonésia sobre prevalência de subnutrição	22
Figura 5 – Conjunto comparativo de terras, população e PIB	23
Figura 6 – Comparativo das malhas rodoviária e ferroviária do Brasil e Estados Unidos.....	33
Figura 7 – Comparativo das matrizes de transporte dos países.....	34
Figura 8 – Mapa da Fome 2020.....	35
Figura 9 – Fusões de empresas na última década.....	37
Figura 10 – Setores de atuação das corporações do agronegócio.....	38
Figura 11 – Participação de mercado das maiores empresas do setor agrícola e de alimentos	39
Figura 12 – Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Etiópia (2000-2019).....	46
Figura 13 – Insegurança alimentar severa na Etiópia (2014-2019).....	47
Figura 14 – Produção total de cereal da Eritréia (1961-2018)	49
Figura 15 – Porcentagem de má nutrição infantil na Etiópia (2000-2019)	51
Figura 16 – Porcentagem de má nutrição infantil na Eritréia (2002-2010).....	51
Figura 17 - Mapa da nova rota da seda chinesa.....	55
Figura 18 – Exportações do agronegócio por mercado de países (2020).....	59
Figura 19 – Ranking dos faturamentos do agronegócio brasileiro por produto exportado (2019-2020).....	60
Figura 20 – Participação do agronegócio na balança comercial brasileira (2008-2019).....	61
Figura 21 – Investimentos em terras brasileiras (2020)	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo Geral	11
1.1.2	Objetivos Específicos.....	12
1.2	JUSTIFICATIVA	12
1.3	METODOLOGIA	13
2	ESPAÇO, ALIMENTO E PODER	14
2.1	GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	14
3	COMPARATIVO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL ENTRE NORTE E SUL	29
4	CASOS.....	44
4.1	ÁFRICA.....	44
4.1.1	Etiópia	45
4.1.2	Eritréia	48
4.1.3	Guerra Eritréia-Etiópia.....	49
4.2	ÁSIA	52
4.2.1	China	52
4.3	AMÉRICA	57
4.3.1	Brasil.....	58
5	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, temáticas que hoje possuem grandes destaques e que se tornaram parte da pauta política internacional eram tratadas com descaso ou, até mesmo, não faziam parte da consciência popular. Este é o caso da geopolítica do alimento, ainda que tímida, começa a ganhar forma e peso nos fóruns de debates internacionais, prometendo se tornar um importante tópico nas disputas de poder ao ocupar um espaço de notoriedade na agenda política global. A grande importância do tema se deve a necessidade que qualquer habitante de qualquer país tem, que é o de se alimentar adequadamente visando sua sobrevivência e desenvolvimento.

A utilização da ciência geopolítica para o estudo dos alimentos acontece em razão da dinâmica do jogo de poder internacional. A partir do momento em que se iniciam os movimentos de intensificação das relações entre os países, os alimentos e os recursos naturais se tornam visadas fontes estratégicas de poder e de diferenciação entre os atores. Portanto, a geopolítica do alimento surge como um assunto de extrema relevância em um mundo cada vez mais globalizado e com estruturas agroalimentares complexas, que ultrapassam o setor econômico, gerando efeitos também na esfera política.

Tendo em vista a problemática do alimento, o presente estudo se encarregará de apresentar como a insegurança alimentar afeta a ordem do sistema internacional. Para isso, serão trabalhados dados relativos a atual situação geográfica e social da fome e da insegurança alimentar no mundo. Assim como, alguns casos que demonstrem os intentos dos Estados e das empresas privadas de dominarem determinadas fontes de recursos naturais.

Isto posto, trabalha-se com a possibilidade de surgimento de conflitos entre os atores do sistema, uma vez que, choques de interesses entre eles possivelmente surgirão dada a implicação direta desta temática na soberania dos Estados. Melhor dizendo, a nova disputa mundial não se limita mais pela busca por petróleo, ouro ou dólar, mas também, por alimentos e pelos recursos naturais necessários à sua produção.

Por conta disso, acredita-se que um ambiente favorável à paz só poderá ser concebido no momento em que haja disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade que corresponda com a demanda global. Dado que, diferentemente de outros produtos, o alimento deve ser consumido todos os dias e, como afirma Carlos Galvis (2014), constituem o elo mais frágil de uma sociedade. Claudete Vitte (2017) relata que o crescimento populacional, o rápido desenvolvimento tecnológico, a diminuição dos recursos naturais, o aumento da classe média e a dominação de grandes corporações de alimentos resultam em um somatório, no qual presume-

se que, a oferta de alimentos é deficitária frente a demanda que tende a aumentar. Neste cenário de incertezas, a água e a terra transformaram-se no novo alvo da geopolítica, ainda mais em um cenário onde a existência dos Estados-nação está sendo questionada.

A República Popular da China é um grande exemplo da necessidade de ampliação de fornecimento de alimentos. De acordo com o The World Bank (2020), a China, em 2018, continha 1,392 bilhão de habitantes - cerca de 18% da população mundial. Todos esses indivíduos encontram-se no terceiro maior país do mundo em extensão territorial - uma área de 9.597.000 km² -, do qual 37,4% do território é de terra agrícola. Porém, o desafio chinês é o mesmo que o da maioria dos países mais avançados industrialmente: a concentração populacional em áreas urbanas e a redução da mão-de-obra do campo. No caso chinês, no ano de 2018, mais da metade de sua população, cerca de 55,3%, estavam concentrados nos centros urbanos, isso significa menos pessoas na produção agrícola (THE WORLD BANK, 2020).

Paulo Nakatani *et al.* (2014) revela que esse cenário interno da China se configurou como uma das grandes preocupações das políticas governamentais, uma vez que, tendo um expressivo crescimento absoluto populacional, uma rápida urbanização da massa chinesa e dificuldades climáticas e de força de trabalho, como conseguir alimentar 1.3 bilhão de pessoas?

Nesse conjunto de fatores, corremos o risco de presenciarmos uma batalha de gigantes pelo domínio de terras, água e demais recursos primários necessários à manutenção da vida humana no planeta. Dessa forma, e considerando o panorama acima exposto, a presente pesquisa se dedicará a esclarecer a seguinte indagação: como a segurança alimentar contribui para a promoção da segurança e da estabilidade do sistema internacional?

1.1 OBJETIVOS

O presente subcapítulo apresenta o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso. Posteriormente, serão apresentados os objetivos específicos, os quais foram delineados para guiar a construção do trabalho acadêmico para que atinja seu propósito final de forma mais clara possível.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da segurança alimentar para as relações do sistema internacional.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Abordar os conceitos de ‘geopolítica’ e ‘segurança alimentar’;
- b) Apresentar como as diferenças entre os países refletem na agricultura e segurança alimentar;
- c) Compreender, a partir de casos, a interferência da geopolítica do alimento na segurança do sistema internacional.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho é de extrema relevância para os estudantes e profissionais de relações internacionais, assim como para a comunidade em sua forma ampla, pois permite traçar de forma clara e direta a ligação entre alimento, segurança e poder. Como dito por Wanderley Costa (2016), com a incorporação de novos atores nas relações internacionais, a geopolítica se tornou um campo de estudo interdisciplinar, especialmente a partir dos anos 80, momento em que testemunha e se apropria da reconfiguração do cenário mundial.

Atualmente, além do empreendimento de arrendamento de terras estrangeiras serem feitos explicitamente, existem diversas outras tentativas de roubo de recursos primários dos Estados. Portanto, num universo tão vasto de possibilidades e de temáticas que se entrelaçam, é de fundamental importância entender mais deste tema para o posicionamento estratégico dos atores, tanto como forma de preparação às ameaças, como para o desenvolvimento planejado das fontes de produção de alimentos.

Nesse cenário, o presente trabalho demonstra sua importância por expor algumas das questões atuais que os Estados têm de enfrentar, além de alertar para um possível cenário de conflitos entre os atores. Justamente pelo fato de o alimento ser um bem vital para a existência da vida humana no planeta, tem crescido a sua relevância na arena política nacional e internacional, o que eleva o risco de violação da soberania dos Estados. Neste ambiente de incertezas, confrontos belicosos entre os atores do sistema internacional podem surgir, visto que são nesses momentos que os planos geopolíticos mais aparecem. Portanto, este trabalho apresenta o vínculo entre uma necessidade básica do ser humano com as estratégias dos movimentos geopolíticos atuais dos Estados e dos demais atores globais.

1.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza básica e, no que se refere aos seus objetivos, é considerada explicativa e descritiva (GIL, 2008; SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Os procedimentos para atingir tais objetivos serão tomados por meio de pesquisa bibliográfica e documental (LIMA; MIOTO, 2007). Por fim, é considerada de abordagem qualitativa (FLICK, 2007).

Os procedimentos metodológicos apresentam um descritivo comparado do material utilizado na composição dos capítulos deste trabalho de conclusão de curso.

O primeiro capítulo traz brevemente sobre o que se trata a pesquisa, introduzindo ao leitor a temática, problemática, objetivos gerais, objetivos específicos, justificativa e metodologia. Portanto, expõe as motivações e interesses para elaboração deste trabalho.

O segundo capítulo discute, fazendo uso de informações teóricas, o desenvolvimento da geopolítica do alimento e a sua inserção na atuação dos Estados e organizações internacionais. Examinando o sistema internacional, é traçada a ligação entre a desigualdade e a interdependência dos Estados, exibindo suas implicações para a promoção da (in)segurança alimentar. Para embasar a escrita deste capítulo foram realizadas leituras em livros e artigos, além de pesquisas realizadas em sites oficiais de organizações internacionais e órgãos do governo federal.

O terceiro capítulo aponta para as distinções existentes entre os grupos de países que compõem a comunidade internacional, perpassando pelas movimentações das grandes empresas alimentícias nas questões de segurança e de domínio da cadeia do alimento. Também apresenta o nexo entre tais diferenças econômicas dos países e a insegurança alimentar. No quarto capítulo são exibidos casos reais de tensões e confrontos entre Estados e corporações privadas na disputa pelos recursos naturais. Para auxílio no estudo dos assuntos supracitados, foram utilizados dados retirados de relatórios, artigos, livros, sites oficiais de organizações internacionais – como Banco Mundial e FAO.

Por fim, no último capítulo, momento destinado para as considerações finais, enfatiza-se, mais uma vez, a atualidade do tema e a vulnerabilidade a qual todos os indivíduos estão expostos, principalmente para aqueles que vivem em países periféricos onde os riscos da dependência de alimentos são agravados devido as questões econômicas. Por fim, algumas argumentações são feitas com o intento de apresentar maneiras de solucionar a inadequada geopolítica da fome no mundo.

2 ESPAÇO, ALIMENTO E PODER

O presente capítulo tem como por objetivo apresentar as definições dos conceitos de geopolítica, insegurança alimentar e demais questões relacionadas ao alimento. Portanto, no subcapítulo que segue, as informações apresentadas se baseiam em leituras de livros, artigos e publicações de autoridades da área.

2.1 GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

A geopolítica do alimento, assim chamado o estudo da correlação de forças ligado a problemática do alimento e suas estratégias, engloba uma multiplicidade de disciplinas que permitem a sua investigação por meio das mais diversas perspectivas. A geopolítica propriamente dita, foi um termo cunhado pelo sueco Rudolf Kjellén em 1916, identificando-a em seu livro *‘O Estado como Forma de Vida’* como uma ciência que estudaria o Estado como um organismo geográfico (CORREIA, 2012). A partir deste momento, afirma José Vesentini (2016), procurou-se enfatizar a inserção da geopolítica entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado.

Portanto, a visão construída da geopolítica seria a de uma ciência utilizada pelo Estado, especialmente pelos setores militares, no intuito de desenvolver estratégias que possibilitassem o alcance dos objetivos estatais. Por envolver questões de espaços territoriais e situações de fronteiras, a geografia tem sido o grande campo de formulações das teorias e projetos geoestratégicos que acabam por caracterizar a geopolítica.

Gradualmente, esse campo de estudos foi conquistando espaço nos meios acadêmicos, civis e políticos, mas ainda estava fortemente relacionado às manobras de defesa e de empreendimentos militares dos Estados-nação. Essas ideias, que começaram a circular nos mais diversos meios sociais, foram determinantes para a história mundial, pois os atores da política internacional ocidental do século XX estavam inseridos em um ambiente onde as disputas por poder eram relacionadas à força econômica, domínio de mercado, colônias e por fim, pelo *status* de potência mundial (HOBSBAWN, 2016).

Nesse ponto, ressalta-se a relevância do alemão Karl Haushofer (1869-1946) para o desencadeamento de um dos maiores projetos de Estado para o domínio e a expansão de território. Haushofer acreditava no “determinismo territorial”, ou seja, que nações possuíam necessidades de crescimento de acordo com a “grandeza” de seu povo e suas tendências

espirituais e materiais. Sendo assim, era um defensor da ideia de que as necessidades de um povo estão correlatamente ligadas ao espaço territorial (COSTA, 2016).

Portanto, o expansionismo alemão, adveio de uma campanha nacional-socialista que, fazendo uso de razões pseudocientíficas de Haushofer, procurou justificar e legitimar a histórica reivindicação territorial da Alemanha de distribuição de espaço. No mesmo intento, os planos alemães se apropriam dos conceitos de espaço vital de Ratzel¹ e da fórmula malthusiana² de crescimento demográfico e produção de alimentos.

Ao alinhar as ideias de “raça superior”, “espaço vital” e da teoria de Malthus, consegue-se vislumbrar a lógica por detrás das estratégias alemãs do século XX. Ao se enxergarem como povos civilizados, superiores e evoluídos, os alemães acreditavam que deveriam possuir maiores espaços territoriais, dado que, devido a essa “grandeza”, necessitariam de melhores condições para se desenvolverem. Ao mesmo tempo em que esse entendimento era tido como verdadeiro, a percepção de que a humanidade crescia em proporções maiores do que a produção de alimentos fez com que os planos de expansão alemães se tornassem mais urgentes.

Assim, o pensamento alemão até aqui apresentado, colaborou para a concretização de um dos eventos que mais abalou a sociedade internacional: a ascensão do nazismo ao governo da Alemanha. Como consequência das ações dessa ideologia política, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi deflagrada. Durante esse conflito, no qual inúmeras violações de tratados internacionais ocorreram e crimes contra a humanidade foram abertamente cometidos, pôs-se em prática o ‘*Plano Fome*’. Esse plano consistia no saque e na absorção dos estoques de mantimentos dos povos invadidos para que, posteriormente, fosse instalado uma política de racionamento alimentar às populações subjugadas (ZIEGLER, 2013).

Percebe-se assim, que a estratégia de contenção de povos dominados por meio da restrição da oferta de alimentos produz resultados para aqueles que a implantam, pois, independentemente da classe social, raça ou religião, a falta desse bem fundamental é uma das únicas intervenções capazes de atingir uma sociedade por completo. Ou seja, quando a intenção é dominar todo um povo ou região, ataca-se aquilo que todos têm em comum, que é a

¹ Espaço Vital seriam as condições espaciais e naturais para a manutenção do poder do Estado. A “raça” ou povo com “dotes civilizacionais superiores” necessitariam de um maior espaço físico para o seu desenvolvimento, o que justificaria a ocupação de território de “raças inferiores”.

² A fórmula malthusiana é uma teoria que afirma que a produção de alimentos crescia em progressão aritmética, enquanto que o crescimento populacional se dava em progressão geométrica. Portanto, para Thomas Malthus (1766-1834), a população cresceria tanto que seria impossível produzir alimentos suficientes para alimentar a todos.

necessidade de se alimentar. Aquele que conseguir controlar os estoques de alimentos, tornar-se-á capaz de controlar toda uma comunidade.

Entretanto, em decorrência dos planos geoestratégicos nazistas, que marcaram negativamente o estudo geopolítico, essa ciência acabou entrando em ostracismo ao ocupar um espaço no “limbo da história dos campos dos conhecimentos ‘malditos’” (CARVALHO, 2011, p.17). Portanto, a criação de um olhar preconceituoso para a ciência da geopolítica deixou-a adormecida por muitos anos, diminuindo a produção intelectual da área. Todavia, seu ressurgimento a tornou capaz de abordar novos temas, principalmente em virtude do processo globalizatório que alterou profundamente o padrão de relacionamento entre os Estados e os novos atores que surgiram no cenário internacional.

Logo, apesar de suas origens estarem centradas no Estado-nação e em seu território, a geopolítica vem se abrindo a outras temáticas, pois agora os Estados dividem sua autoridade política, econômica e social com os novos atores e sujeitos do xadrez internacional – como as nações sem território reconhecido, indivíduos, ONGs, empresas multi e transnacionais, blocos regionais e demais instituições internacionais –, o que causou o enfraquecimento relativo do Estado-nação, ou pelo menos, uma reestruturação de suas funções e uma nova delimitação de sua jurisdição (VESENTINI, 2016).

Para Keohane e Nye Jr. (2011), tal movimento teria tido início em meados da década de 1970, com o surgimento das empresas transnacionais e a crescente predominância dos fatores econômicos na estrutura de poder internacional. Consequentemente, uma série de questões políticas antes vistas como assuntos domésticos começaram a exigir uma ação coordenada dos atores. Por sua vez, essa lógica de ‘dependência mútua’ entre os atores foi aprofundada na teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye Jr.

A teoria de Keohane e Nye Jr (2011), por propor uma releitura do sistema internacional pode ser utilizada para elucidar a situação em que os Estados nacionais se encontram no âmbito da geopolítica alimentar. Primeiramente, a teoria afirma que essa ‘era de dependência mútua’ instaurou um vínculo entre os novos atores e as estruturas tradicionais dos Estados-nação, mas ressalta-se que, apesar de soar como uma cooperativa benéfica, essa pode acarretar custos elevados que não serão necessariamente distribuídos equitativamente entre as partes envolvidas. Em outras palavras, os benefícios de uma transação podem ser obtidos por um dos atores, enquanto o outro arca com as perdas. Isso acontece, pois, aquele que é menos dependente possui mais margem de manobra para barganhar nas negociações ou, nas palavras dos autores, possui mais ‘recursos políticos’.

Embora a condição jurídica do Estado já tenha sido instaurada com a Paz de Vestefália³, em 1648, o sistema das relações internacionais contemporâneas é hierárquico. Infelizmente, percebe-se como cenário global ainda enfrenta vicissitudes referentes a predominância de determinados grupos de atores que ditam e impõem as condições desejadas aos demais Estados. Portanto, a ordem mundial vestfaliana, guiada por um seleto conjunto de Estados soberanos centrais, propaga sua estrutura ao coletivo em uma complexa cadeia de poder.

Nesse sentido, por este trabalho ter como foco principal o viés da geopolítica que trata de questões relacionadas a produção, consumo e acesso ao alimento, as ideias de sensibilidade e vulnerabilidade da teoria da interdependência complexa podem traçar mais claramente a ligação entre a atual configuração do sistema internacional com as situações que os Estados defrontam nessa arena.

Pelas definições de Keohane e Nye Jr (2011), entende-se por ‘sensibilidade’ a rapidez com a qual os custos e os atos de um país reverberam além de suas fronteiras. Em outras palavras, seria a situação defrontada por um país em decorrência de ações advindas de um Estado terceiro, que alteram ou tentam alterar a situação interna. Como, por exemplo, a decisão unilateral estadunidense de utilizar 40% da sua produção de milho para a indústria de energia, o que gera um efeito de aumento de preços do cereal no mercado internacional.

Por ‘vulnerabilidade’, refere-se ao quão exposto e vulnerável um ator é a uma certa variante, ou seja, como a conjuntura de eventos externos atingem o ambiente interno de um Estado. Por exemplo, o aumento no preço internacional do milho pode ser visto tanto como uma ameaça à segurança alimentar de um país, como a oportunidade de obter maior preponderância na exportação desse bem.

Por sua vez, no que tange a economia e o desenvolvimento humano, o economista indiano, Amartya Sen, defende uma visão na qual as ações políticas e econômicas deveriam estar orientadas por princípios morais e éticos. Mas, entende que na situação atual, tais questões têm seguido um caminho oposto, permitindo que o acúmulo de riquezas e as desigualdades sociais alcançassem grandes proporções na busca das vantagens individuais. Como consequência, a pobreza nas sociedades aumentou, conjuntamente com o fator da fome (COSTA; BARBOSA, 2018).

³ A Paz de Vestefália foi fruto de uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos. Nestes acordos, as autoridades dos países da Europa Ocidental reconheceram a existência de Estados independentes, a autoridade soberana territorial e renunciaram a interferência em assuntos internos uns dos outros.

Seguindo lógica semelhante, o médico brasileiro, Josué de Castro (1908-1973), que se destacou por elucidar no plano político nacional e internacional o problema da fome, acreditava que os progressos tecnológicos das ciências agrícolas seriam um importante quesito ao combate à fome no mundo. Porém, para isso, teriam de ser aplicados de forma a promover um modelo de realizações sociais relacionado à melhoria da qualidade de vida dos povos. A colaboração da ciência, no entendimento de Josué de Castro (1965), seria aplicada por meio do maior emprego de fertilizantes; cultura de proteção e conservação dos solos; uso generalizado de variedades, como milho híbrido e outros produtos mais resistentes a doenças; melhor controle de pragas e doenças; reflorestamento; e etc.

De fato, os pontos levantados pelo brasileiro nas discussões alimentares se provaram relevantes, posto que tais progressos científicos contribuíram para uma maior produção de alimentos e refutaram, ao menos em parte, a teoria malthusiana. Infelizmente, apesar dos avanços tecnológicos, muitas pessoas ainda passam fome ou estão em condição de má nutrição no mundo, em especial nas regiões periféricas do sistema, onde o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar é muito maior do que aqueles registrados nos países centrais.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2020d) alerta para a necessidade do aumento da produção de alimentos em 50% até 2050 para que se atenda a crescente demanda por alimentos – o aumento dessa demanda é oriundo do crescimento populacional global, estimado em 35%.

Entretanto, a fome não será combatida apenas com a ampliação da produção, dado que essa situação está estreitamente relacionada com a desigualdade de acesso e distribuição de comida. Tal premissa se comprova quando se verifica que atualmente são produzidos alimentos em quantidades suficientes para alimentar todos os indivíduos do globo, mas, que ainda assim, por volta de 820 milhões de pessoas não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018 e cerca de 2 bilhões, não possuíram acesso regular aos alimentos, o que revela como essa abordagem é inadequada. Portanto, além de produzir mais, deve-se garantir uma oferta estável de alimentos a preços acessíveis (VIEIRA JR. *et al.*, 2019; FAO, 2019a).

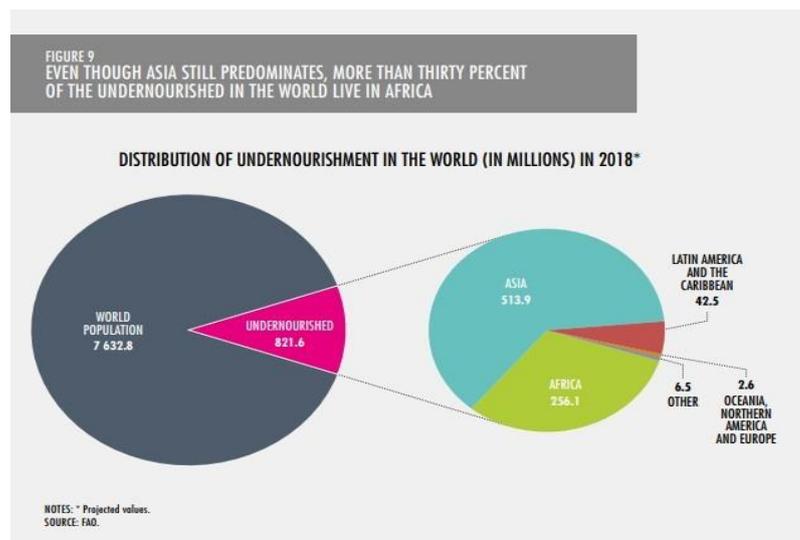
A situação alimentar mundial é crítica, porém, os maiores níveis de insegurança alimentar e desnutrição aparecem nos países ‘subdesenvolvidos’, onde a renda da maior parte da população é insuficiente para que as famílias tenham acesso a alimentação nutritiva e diária. Justamente por envolver questões sociais de desigualdade e desequilíbrio, há uma correlação entre as zonas mais pobres do mundo com a maior predominância de insegurança alimentar e desnutrição da população.

Além do que, que quase 20% das calorias consumidas no mundo são advindas de importação, sendo assim, quaisquer flutuações nos preços internacionais desses alimentos impactam no acesso e no consumo das famílias de baixa renda, que são as mais diretamente afetadas (VIEIRA JR. *et al.*, 2019). Por exemplo, após a crise financeira de 2008, com o aumento dos preços dos alimentos e o declínio do poder de compra, o número de pessoas desnutridas no mundo quase ultrapassou a 1 bilhão (FAO,2008).

Ao contrário dos Estados centrais, onde a maior parte da renda do cidadão não é destinada à compra de produtos alimentícios - não mais que 10% -, a renda das populações dos países periféricos é quase que completamente comprometida com a compra de comida para o sustento da família – em torno de 50% a 80%. Dado esse que já demonstra parte da disparidade existente no acesso a comida em diferentes regiões do globo (GAZZONI, 2017).

Para fins de demonstração das informações apresentadas, a imagem abaixo, retirada do relatório da FAO (2019a), intitulado *The State of Food Security and Nutrition in the World*⁴, revela a predominância de indivíduos em situação de desnutrição⁵ em cada região do mundo. A partir da análise destes dados, verifica-se que as maiores proporções de indivíduos subnutridos são encontradas nos continentes asiático (513.9 milhões) e africano (256.1 milhões), seguido pela região da América Latina (42.5 milhões).

Figura 1 – Distribuição de subnutridos no mundo



Fonte: FAO, 2019a

⁴ Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 27/04/2020.

⁵ Entende-se como indivíduo em situação de desnutrição aquele que não possui acesso regular a alimentos micro e macronutricionais suficientes, mesmo que não esteja necessariamente sofrendo de fome.

Além da distribuição geográfica do número de pessoas em situação de desnutrição, com base no mesmo relatório e fazendo uso das informações disponíveis, pode-se observar que a maior parte daqueles que passam por insegurança alimentar⁶, moderada ou severa, também são procedentes das regiões mais pobres. Nesta categoria, mais da metade da população do continente africano, o que é mais do que em qualquer parte do mundo, sofre de insegurança alimentar. Na América Latina, a insegurança segue com uma prevalência de mais de 30%, enquanto que a Ásia aparece com 23% e a América do Norte e Europa, com 8% (FAO, 2019a). Contraditoriamente, a Ásia, América Latina e África, são as regiões que possuem as maiores proporções de terras agrícolas, 29,3%, 24,2% e 23,1%, respectivamente (FAOSTAT, 2020d).

Figura 2 – Terras agrícolas por país



Fonte: FAOSTAT, 2020d

Nota-se que os locais que se repetem em todos os casos são a Ásia, África e América Latina. Fazendo uma breve contextualização histórica, é possível encontrar algumas semelhanças entre essas regiões do mundo que podem servir de ponto de partida para compreender a situação atual de déficit alimentar. Primeiramente, Ásia, África e América Latina foram regiões que sofreram algum tipo de processo de colonização europeia; em seguida, perderam parte de sua lógica identitária local ao serem inseridos em uma ordem mundial feita por europeus; e, como produto do somatório de explorações, enfrentam uma profunda cultura de naturalização e perpetuação da desigualdade social e desequilíbrio econômico.

⁶ Entende-se por insegurança alimentar o estado de privação de alimentos decorrente da incapacidade de acesso, utilização e/ou consumo desse bem, seja por razões econômicas, políticas, sociais e/ou de infraestrutura.

Dado que essas ex-colônias europeias foram governadas pelas necessidades das metrópoles, as populações locais assistiram suas terras sendo consumidas pelo lucro estrangeiro - subordinadas ao sistema de plantations⁷ - e, restarem apenas uma massa de trabalhadores em situação de pobreza e marginalização social. Entretanto, mesmo após as independências, essas regiões ainda trabalham de acordo com as regras europeias e a sua lógica de mercado, em razão disso, acabam por preservar as desigualdades sociais tão longamente enraizadas.

Para Eduardo Galeano (2010), que discorre sobre as colonizações da América Latina, a estrutura dos latifúndios atuais - herança dos tempos coloniais – é entendida como sendo um dos principais fatores de manutenção da pobreza e da miséria das massas latino-americanas. Adentrando no caso brasileiro, o autor afirma que as produções coloniais são o motivo pelo qual o Nordeste deixou de ser a zona mais rica do Brasil para se tornar a mais pobre. Os antigos donos de engenho e os novos latifundiários foram e são os detentores das melhores terras da região, mas, determinados a produzir aquilo que o mercado internacional demanda, deixam de produzir alimentos para o mercado interno.

Em resumo, os países periféricos têm em comum um passado de colonização, que impacta até os dias atuais questões de desigualdade dentro de seus territórios, também possuem em comum o fato de estarem em regiões com vastas áreas de terras agrícolas, mas que no entanto, registam os maiores números de casos de desnutrição e insegurança alimentar do mundo. Portanto, levando em consideração a análise de Eduardo Galeano (2010), não é de se espantar que os três maiores países exportadores em valor de commodities no ano de 2017 foram países da Ásia e América. Como a imagem abaixo apresenta, também retirada dos dados da FAOSTAT (2020e), o Brasil aparece em primeiro lugar, seguido pelos Estados Unidos da América e pela Indonésia.

Figura 3 – Ranking dos maiores exportadores de commodities

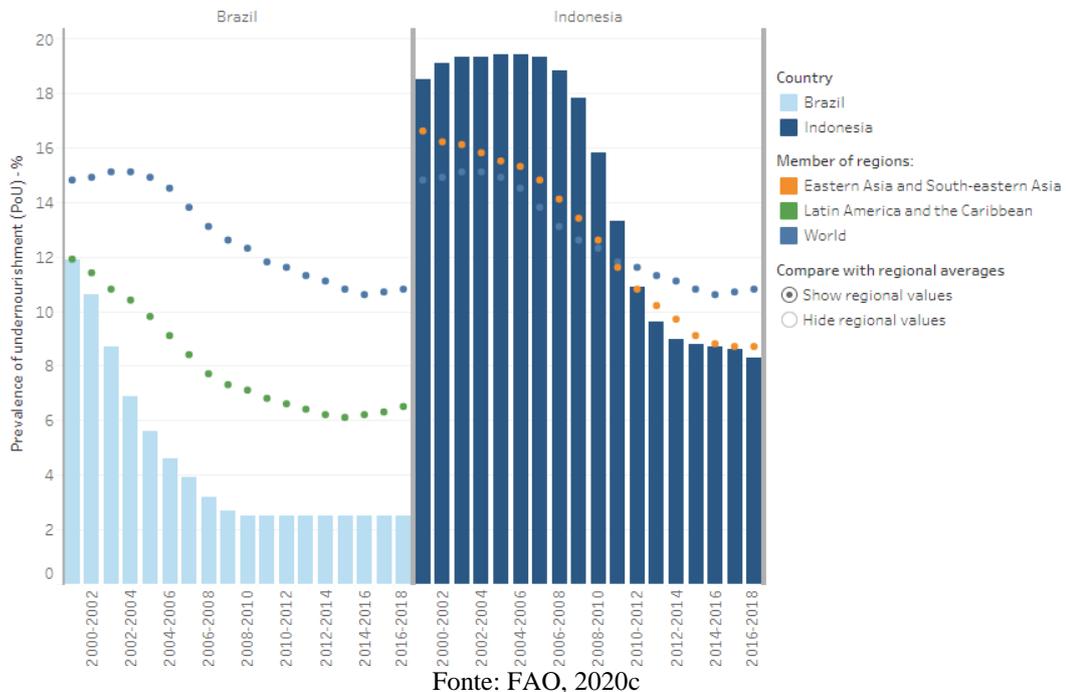
Area	Item	Year	Value	Unit
Brazil	Soybeans	2017	25717737	1000 US\$
United States of America	Soybeans	2017	21531601	1000 US\$
Indonesia	Oil, palm	2017	18513121	1000 US\$

Fonte: FAOSTAT, 2020e

⁷ Tipo de sistema agrícola baseado na monocultura de exportação nos latifúndios, normalmente fazendo uso de mão-de-obra escrava.

Salvo o caso dos Estados Unidos, por serem considerados um país central, os outros dois Estados do ranking sofrem com casos de subnutrição e insegurança alimentar mais intensamente em seus territórios - assim como nas regiões em que estão inseridos. De acordo com a imagem abaixo, retirada dos indicadores das metas de desenvolvimento sustentável da FAO (2020c), o índice de prevalência de subnutrição no Brasil e na Indonésia são, respectivamente, <2,5% e 8,3%, para o período de 2016-2018. Regionalmente, para a América Latina e Caribe, em 2017, a média de subnutrição era de 6,5%, o que demonstra que o Brasil se manteve abaixo dos valores regionais. Por sua vez, a Indonésia não ficou longe das estimativas regionais, que em 2017 eram de 8,7%.

Figura 4 – Comparativo entre Brasil e Indonésia sobre prevalência de subnutrição



Apesar desse panorama da má distribuição de alimentos há também, conforme os dados contidos no relatório da EMBRAPA de 2019, de autoria de Pedro Vieira Jr. *et al.*, uma má distribuição na produção. Segundo as informações do relatório, alguns poucos países concentram mais de 70% das exportações líquidas globais, e, por meio desses, os níveis de segurança alimentar mundial são mantidos. O mais importante destes países seria o Brasil, responsável por 22,8% das exportações, seguido da Argentina (com 12,2%), Austrália (6,7%) e Tailândia (6,5%). Pensando em bloco, por conta das colocações brasileiras e argentinas, o Mercosul se torna o principal fornecedor de alimentos do mundo, suprindo mais de 38% do déficit agroalimentar global.

Nessa contextualização geográfica dos Estados, a imagem abaixo, também retirada do relatório de Pedro Vieira Jr. *et al.* (2019), apresenta aqueles países que possuem potencial de abastecimento agrícola do mundo. A figura aponta para três diferentes atributos das maiores economias – área agrícola, população urbana e PIB. Como é possível notar, apenas cinco países possuem os três atributos conjuntamente, dentre elas, quatro são as maiores agriculturas do mundo – Estados Unidos, China, Índia e Brasil, nessa ordem.

Figura 5 – Conjunto comparativo de terras, população e PIB

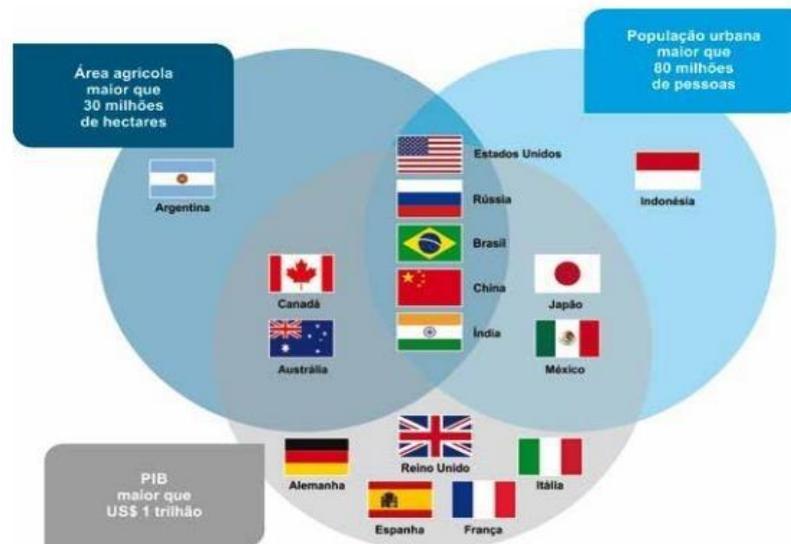


Figura 1. Área agrícola, população urbana e produto interno bruto (PIB) em países selecionados.

Fonte: VIEIRA JR. et al., 2019

Assim, observa-se que a produção de alimentos é feita de forma geograficamente concentrada e desigual. Boa parte do motivo dessa má distribuição advém do fato de que as bases de produção não são uniformemente distribuídas pelo globo, ou seja, o clima, o solo, o relevo, a água e etc. não são encontrados em igual modo em todos os países.

Essa ideia é melhor entendida quando se observa o caso japonês, pois, por se tratar de um país insular de apenas 377 km² e de relevo acidentado, apenas 12% de seu território é apto para a agricultura, implicando na séria necessidade de importação de alimentos para suprir a demanda de seus 126 milhões de habitantes. A condição chinesa é semelhante pela necessidade de grandes montantes de comida importada, entretanto a causa é outra. A China é um dos maiores produtores de cereais do mundo - 617 milhões de toneladas em 2017-, porém, não produz alimento o suficiente para alimentar sua população de 1.3 bilhão de pessoas, o que a leva a comprar alimentos de outros países, resultando na sua colocação entre os maiores produtores e importadores de alimentos do mundo (THE WORLD BANK, 2020).

À vista disso, como brevemente exposto a cima, a forma encontrada pelos atores para aliviar as assimetrias da regionalização da produção do alimento tem sido o comércio internacional. Nesse ambiente, o multilateralismo tem sido a norma geral de um mundo onde alguns precisam comprar e outros vender.

No ano de 2016, do total das transações comerciais realizadas no mundo, 12,4% foram de produtos agrícolas, correspondendo ao valor de US\$ 2,212 trilhões. Dessa parcela, o Brasil participou com 7,1% do mercado (VIEIRA JR. *et al.*, 2019). Essa expressiva participação brasileira pode ser explicada pela sua participação na estrutura das Cadeias Globais de Valor – CGVs, pela qual a produção de alimentos é “fracionada” e trabalhada de acordo com seu peso político e estratégico.

Portanto, seguindo a lógica do comércio internacional, aquelas regiões que possuem maiores riquezas de recursos naturais tendem a se dedicar à produção agrícola, enquanto aqueles que não detêm tamanha abundância, destinam-se a fornecer artefatos e produtos mais avançados tecnologicamente - o que infere em insumos de maior valor agregado. Assim, essa configuração acaba por garantir mais poder as regiões de centro do que aos produtores da periferia, que são aqueles que de fato detêm o recurso mais fundamental da cadeia produtiva. O sistema funciona de forma a manter os privilégios dos países industrialmente mais desenvolvidos, enquanto mantém os países periféricos apenas como produtores nos mais baixos níveis da cadeia de valor. Ou seja, há diferenças regionais nas CGVs por conta do papel central que o nível de desenvolvimento desempenhado pelos atores representa.

Essa diferenciação dos atores os divide entre aqueles que serão os desenvolvedores de novas tecnologias, daqueles que serão os compradores no mercado. Tal estrutura implica em crescentes assimetrias de poder que transcendem questões econômico-financeiras. A partir disso é que se percebe como os países periféricos se mantêm suscetíveis às pressões e influências externas. Para tentar se desvencilhar de tal estigma, a participação dos países periféricos precisaria seguir o caminho da industrialização da cadeia produtiva, para que assim se tornassem atores mais relevantes comercialmente (VIEIRA JR. *et al.*, 2019).

Entretanto, algumas aparentes oportunidades estão surgindo para as regiões produtoras de bens alimentares. Além do esperado crescimento demográfico, a FAO (2015, 2019a) revela que a mudança no nível de renda das populações e a tendência à urbanização gerará um considerável aumento na demanda por alimentos (60%), energia (50%) e água (40%), em virtude das mudanças nos padrões de consumo. Em parte, está em formação uma conjuntura

positiva para os países produtores, que agora terão mais oportunidades para a exportação e quiçá para a intensificação do uso de tecnologias mais avançadas.

Parte dos Estados que estão passando por transformações sociais, especialmente a Ásia e o Oriente Médio, não possuem recursos naturais suficientes para atender suas demandas internas de alimentos. Segundo Pedro Vieira Jr. *et. al.* (2019), até o ano de 2030, cerca de 4,9 bilhões de pessoas viverão em cidades e, China e Índia juntas somarão 59% do consumo da classe média global. Já para o ano de 2050, acredita-se que 82,4% da população urbana mundial se encontrará em países menos desenvolvidos.

A mudança esperada nos hábitos alimentares também tem relação ao consumo e a preparação dos alimentos, que serão cada vez mais consumidos fora de casa. Essa nova dinâmica desencadeia uma maior dependência do fornecimento industrial, especialmente por conta do distanciamento estabelecido entre a estrutura produtiva – isolada dos centros – e os consumidores finais – concentrados em regiões urbanas. Com todas essas informações, leva-se a crer que nos próximos anos o sistema alimentar enfrentará mais pressões sobre o acesso a alimentação nutritiva, diária e que seja ofertada a todos os indivíduos. Além disso, episódios de interrupção no fornecimento de alimento poderão causar o aumento exacerbado do preço da comida, deixando bilhões de pessoas famintas e em situação de vulnerabilidade. As estruturas de mercado e das CGVs devem estar extremamente preparadas para suprirem essa grande demanda por alimentos. De acordo com a FAO (2020d), se o mundo permanecer no caminho que está, até 2030, espera-se que haja mais de 840 milhões de pessoas em estado de fome no mundo, sendo em África e Ásia as regiões mais gravemente afetadas.

Isto posto, começa a se entender como o sistema alimentar está estruturado e como há uma forte relação entre alimento, economia e geopolítica. Para comprovar, uma vez mais, tal afirmação e, para mostrar a influência que o alimento tem no ordenamento de um Estado, exhibe-se a análise de Hans Morgenthau (2003, p. 220) ao identificar os recursos naturais como um fator estável de composição e de manutenção de uma nação: “Um país que seja auto-suficiente, ou quase, em comida já conta com uma grande vantagem inicial sobre qualquer outro que, para não se exaurir de inanição, tenha de importar os alimentos que não produz, embora mal tenha condições materiais de adquiri-los”.

Portanto, com esse entendimento, defende-se a importância de uma política de alimentação bem estruturada juntamente com uma relação econômica saudável entre os atores, especialmente pela necessidade de se adquirir alimentos importados para suprir a demanda interna.

Os preços das commodities afetam a quantidade de câmbio nos países que são dependentes de commodities, pois alteram o valor das exportações e importações em moeda estrangeira. [...] Uma mudança nas divisas disponíveis para uma economia será refletida no preço dos bens estrangeiros em relação ao preço dos bens domésticos, ou na taxa de câmbio real. (FAO, 2019a, p. 70, tradução nossa⁸).

No caso brasileiro, em meados de 1960-70, boa parte dos alimentos consumidos internamente eram importados e acabavam atingindo valores muito elevados para a população bancar, além de se tornar um processo custoso para o Estado manter. Hoje, o Brasil é capaz de produzir alimento para a sua população e para os demais parceiros comerciais, tornando-se um dos maiores exportadores de produtos agrícolas no comércio mundial. Por dispor de um superávit significativo, classifica-se como o país de maior saldo comercial agrícola do mundo e, com conta dessa eficiência, o setor agropecuário tornou-se parte vital da economia nacional, respondendo por mais de 20% do Produto Interno Bruto (VIEIRA JR. *et al.*, 2019).

A partir desses dados, torna-se perceptível como bons níveis de segurança alimentar possibilitam a ascensão ou, ao menos, a preservação da posição de um Estado no sistema internacional. É por isso que Estados deficitários na produção de alimentos, no anseio da autossuficiência ou da diminuição da vulnerabilidade, buscam expandir as suas formas de obtenção de alimentos. Entretanto, tais empreendimentos podem acabar se relacionando com questões de soberania, quando, por exemplo, processos de arrendamento de terras por estrangeiros começam a acontecer.

Nas últimas décadas, ‘a corrida mundial por terras’ vem gerando alarde nos países periféricos, uma vez que estão sendo “vítimas” da compra de partes de seus territórios por países de centro. A fim de exemplo, a América Latina é tida como alvo da crescente busca por terras e bens naturais, precisamente por ser uma das regiões mais ricas do planeta em recursos fundamentais e por deter cerca de 28% da área disponível para expansão do cultivo agrícola (VIEIRA JR. *et al.*, 2019).

Analisando o caso chinês, que se caracteriza por ser um dos maiores compradores de terras em escala mundial, percebe-se que empresas privadas como ArmigaGroup, Tiba Agro, Louis Dreyfus Commodities (LDC), Adecoagro, Sollus Capital, etc. adquiriram, a partir da China, por volta de 2,6 milhões de hectares de terras pelo mundo, em sua maioria no Brasil. Há

⁸ Commodity prices affect the amount of foreign exchange in commodity-dependent countries, as they alter the value of exports and imports in foreign currency. [...] A change in the foreign exchange available to an economy will be reflected in the price of foreign goods relative to the price of domestic goods, or real exchange rate.

também os casos de tentativa de compra de terras pelo próprio governo chinês, como ocorreu na Colômbia em 2010, quando a China fez uma proposta de compra de 400 mil hectares para a produção de cereais (NAKATANI *et al.*, 2014).

Ainda sobre arrendamento de terras, em uma tabela desenvolvida pela GRAIN, foram registrados que 38% da terra agrícola do Paraguai já foram vendidas/arrendadas por estrangeiros, assim como 27% das terras do Uruguai e 10% das terras da Argentina (NAKATANI *et al.*, 2014).

Sendo assim, os dados até aqui apresentados demonstram como as condições entre os atores e as formas de produção se alteram em escala global. O que antes era tido como uma relação direta – produtor e comprador -, hoje se tornou um tópico extremamente hermético em virtude do processo de globalização. Entende-se, portanto, que os alimentos se tornaram politizados, funcionando como arma política de negociação e barganha que, encabeçado tanto por governos como por empresas privadas, é capaz de afetar toda a cadeia produtiva do alimento, além de gerar impactos em questões político-sociais adjacentes. Este é o caso da desigualdade, insegurança alimentar e pobreza que se vinculam como o monopólio de alimento.

Tauã Rangel (2018), entende que a crise alimentar está fundamentada nos processos monopolistas de produção, pois, uma vez que os grandes monopólios da indústria alimentícia dominam o mercado – ao controlar a propriedade privada, os meios de produção, a logística de distribuição, os preços de venda dos produtos e até os hábitos alimentares dos consumidores -, toda as decisões relativas ao acesso dos recursos fundamentais e da distribuição dos alimentos, ficaram concentrados nas mãos desse pequeno grupo de empresários.

De acordo com Sophia Murphy, David Burch e Jennifer Clapp (2012), as “companhias ABCD” – acrônimo de Archer Daniels Midland (ADM), Bunge Cargill e Louis Dreyfus –, comercializadoras de matérias primas, detêm até 90% do comércio mundial de cereais. Ou seja, essas empresas são as protagonistas do comércio agrícola mundial que comandam os segmentos das cadeias de valor e trabalham com os produtos agrícola de forma financeirizada.

Além dessas companhias, o mercado de futuros é outro ator geoeconômico que dita os preços das commodities. Operando em escala global, as bolsas de valores especulam e fixam os preços dos alimentos, como é o caso da bolsa de Chicago, por exemplo. Nessa dinâmica capitalista global, empresas agrícolas de todas as regiões acabam sendo envolvidas e obrigadas a trabalhar com a predominância das bolsas de valores (VITTE, 2017).

Outra consequência, oriunda do reestruturado sistema agroalimentar, é a perda de autonomia do pequeno produtor rural. Uma vez que o mercado é controlado por grandes

empresas, o pequeno produtor se depara com a dura situação de que não consegue se manter no ramo sem se aliar aos novos “empresários rurais”. Como a capacidade desses produtores de participarem do mercado agrícola é fixado pelos custos de acesso aos bens e serviços necessários à produção, logo encontram-se dependentes de contratos comerciais com os grupos dos grandes agroindustriais (MANTILLA, 2011).

Como Pedro Vieira Jr. *et al.* (2019) apresenta, a agricultura brasileira está entre aquelas que menos possui apoio do setor público, o que deixa a condição do pequeno produtor rural cada vez mais precária. Ademais, a atual organização industrial do agronegócio dificulta o acesso a terras, dado que os grandes empresários detêm as melhores áreas, restando poucas opções aos demais agricultores. Resumidamente, os pequenos produtores dos países periféricos hoje são os mais prejudicados no movimento político-mercadológico da produção agrícola.

Dessa maneira, é possível traçar a ligação entre o fenômeno da desigualdade social e a produção de bens alimentícios, o que é evidentemente percebido pela dicotomia exibida na figura do monopólio dominante e a do proletariado dominado. Em suma, as grandes empresas controlam o acesso à terra, aos meios de produção e ao mercado, o que significa que detêm o poder de escolher quem terá o acesso ao alimento ou não, ou seja, determinam quem serão aqueles que passarão fome e aqueles que poderão se alimentar. Portanto, ao terem sob controle a centralização dos bens fundamentais e trabalharem de forma a colaborar com o desequilíbrio social, as grandes empresas promovem uma política de ganhos para poucos e misérias para muitos, dentro da qual a vasta massa de famintos perdurará.

Como defendido por José Castro (2016), esse sistema existirá enquanto as regiões periféricas do globo não superarem o longo histórico de desigualdades sociais, pois, é a partir desse fator que o ciclo de exploração é sustentado. Por fim, por conseguir mostrar a existência de instituições que controlam o alimento já é um grande ganho com esse trabalho, uma vez que, inseridos em uma região rica em oferta de alimentos, dificilmente atenta-se para a dinâmica do colonialismo contemporâneo.

3 COMPARATIVO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL ENTRE NORTE E SUL

A agricultura é uma atividade essencialmente vinculada ao uso da terra, apesar de também envolver questões de abrangência socioeconômica e política. Apresenta um caráter de perturbação dos solos e do meio ambiente como um todo, visto que explora os recursos naturais para promover o cultivo de alimentos e, nesse intuito, diversas técnicas foram elaboradas ao longo dos anos em todas as regiões do mundo para que se conseguisse produzir mais e melhor. Atualmente, com o desenvolvimento científico, a agricultura moderna, chamada de ‘agricultura sustentável’, propõe-se a minimizar os impactos negativos da produção de alimentos (PATERNIANI, 2001).

De acordo com a FAO (1989, p. 65, tradução nossa⁹), a agricultura sustentável se define como a “[...] gestão e conservação de recursos naturais e da mudança na orientação tecnológica e institucional de forma que garanta e satisfaça as necessidades humanas das gerações presentes e futuras”, lembra-se também da importância de que essa seja economicamente viável. Contudo, o conceito de sustentabilidade nos sistemas agrícolas é mais dinâmico, pois se considera a temporalidade das necessidades humanas e a percepção da relação entre o meio ambiente e a agricultura.

Como dito por Ernesto Paterniani (2001), os progressos técnico-científicos foram os responsáveis pela maior eficiência agrícola, pois permitiram que, mesmo com o aumento populacional e a diminuição da mão de obra no campo, fossem produzidos alimentos o suficiente para suprir as necessidades de todos. Todavia, ainda existem diversas regiões do mundo onde a ameaça da fome paira sobre os povos e isso se deve a soma de diferentes fatores, como: políticas internacionais, barreiras tarifárias, desigualdade de renda, falta de infraestrutura doméstica e etc. É por esse motivo que se deve considerar as questões político-econômicas das sociedades afim de compreender as diferenças existentes na distribuição das taxas de insegurança alimentar no mundo.

De forma geral, os países do Norte global possuem mais condições financeiras para o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos setores tecnológicos e agrícolas. Isso

⁹ Sustainable development is the management and conservation of the natural resource base, and the orientation of technological and institutional change in such a manner as to ensure the attainment and continued satisfaction of human needs for present and future generations. Such sustainable development (in the agriculture, forestry and fisheries sectors) conserves land, water, plant and animal genetic resources, is environmentally non degrading, technically appropriate, economically viable and socially acceptable.

permite que, mesmo sem disporem de tantas extensões de terras como alguns dos países do Sul, consigam uma produtividade equitativa, se não superior, em números totais de determinados produtos.

Existem variáveis a essa análise, dado que, como apresentado no capítulo anterior, existem países que estão no Sul global e são os maiores produtores mundiais de commodities, este é o caso do Brasil, China e Índia, principalmente. É por conta disso que o entendimento de Sul deve se transformar em Suis, entendendo e respeitando a multiplicidade das estruturas internas e considerando as particularidades dos atores. Mas, para esse estudo, o foco se dá nas disparidades encontradas entre os países do Norte e do Sul que, por estarem em grupos opostos, apresentam resultados antagônicos, especialmente quando comparadas as taxas e índices de (in)segurança alimentar e uso de tecnologias.

Dessas variações, encontram-se exemplos mais facilmente no continente africano, visto seu contexto histórico, político e econômico. Assim, a fim de exemplo, pode-se comparar as produções agrícolas entre os países africanos e os países europeus e identificar o quão díspares tais atores estão nos níveis tecnológicos de produção. Analisando os dados retirados do site da FAOSTAT (2020a), percebe-se algumas diferenças expressivas entre o Estado da Argélia e o Estado da França.

A Argélia, que está entre as dez maiores economias de África (BRASIL, 2020b), em 2018 produziu quase 4 milhões de toneladas de trigo em uma área de 2 milhões de hectares. Enquanto que no mesmo período, a França produziu 35 milhões de toneladas de trigo em uma área de 5 milhões de hectares. Isso significa que, para cada um hectare de terra, a Argélia produziu 2 toneladas de trigo, ao passo que a França produziu 3,5 vezes mais. O mesmo aconteceu na produção de batata, onde a Argélia produziu pouco mais de 4 milhões de toneladas em 150 mil hectares, ao passo que na França o número quase dobrou, chegando perto de 8 milhões de toneladas em 200 mil hectares. Ou seja, enquanto a Argélia produziu 26 toneladas de batata por hectare, a França produziu 40. (THE WORLD BANK, 2020; FAOSTAT, 2020a).

É interessante de se perceber que, mesmo tendo um espaço territorial quase 4 vezes maior que o Estado francês, a terra agrícola da Argélia era de apenas 17% em 2016, enquanto que na França, essa porcentagem era de 52% (THE WORLD BANK, 2020). Para a agricultura tradicional, que calcula o aumento da produção baseado na expansão de terras agrícolas, esses dados provavelmente significariam que a Argélia deveria aumentar sua área de produção a fim de produzir tanto quanto a França. Entretanto, por mais que não se negue o potencial da Argélia

em aumentar sua produção com base no maior uso de terras, a agricultura sustentável aparece com novas alternativas.

As técnicas da agricultura sustentável propõem soluções para ampliar o total da produção mesmo em um espaço de terra menor, isso é, maximizar o rendimento daquelas terras que já foram comprometidas com o cultivo agrícola, sem a necessidade de explorar novos espaços. Esse tratamento desenvolvido pelas novas tecnologias abre oportunidades para que pequenos Estados consigam aumentar sua autonomia alimentar e também, para que os grandes Estados não dependam tanto do desflorestamento para ampliarem suas produções. Ademais, ocupando menos espaço físico, a agricultura sustentável também oferece a opção de estruturar uma agricultura urbana que, segundo a FAO (2020d), por si só reduziria em 30% as perdas vegetais na pré e pós-colheita.

Todavia, sabe-se que, como tudo aquilo que é novo e dependente de tecnologia de ponta, os custos de acesso e implementação são muito altos, especialmente para os países do Sul. E esse é um dos fatores que faz com que a maioria dos países periféricos mantenham as técnicas tradicionais de cultivo, que acabam gerando danos para o meio ambiente, altas taxas de perda de alimentos e não permitem uma participação mais competitiva no comércio internacional.

Mesmo assim, como ressaltado anteriormente, alguns dos países do Sul são os maiores produtores mundiais de commodities e, nesses casos, verifica-se uma disparidade no número produtivo total entre países da mesma categoria. Por exemplo, na Nigéria, o rendimento médio de tomate atingiu 4 toneladas por hectare, enquanto que na China, por cada hectare, produziu-se 51 toneladas da mesma fruta. Essas são lacunas que poderiam ser reduzidas se houvesse um aumento de investimento em P&D e transferência de tecnologia entre os atores do sistema. Nessa lógica, tem-se um bom exemplo com a República Unida da Tanzânia que, graças a um projeto de transferência de tecnologia, teve um aumento no rendimento de sua produção de 4 variedades de vegetais e de 20% na produção de tomate. (FAO, 2020d).

À vista disso, entende-se que ações de políticas coordenadas são algumas das formas possíveis de minimizar a insegurança alimentar no mundo. Sabe-se que, para além dos pontos já levantados, a transferência de tecnologia e a implementação de formas mais sustentáveis de produção podem conduzir ao aumento da produtividade de bens alimentícios, ocasionando uma queda nos preços finais dos produtos que estimulará o aumento da demanda. De acordo com o relatório da FAO (2020d), a duplicação na produtividade de determinadas commodities agrícolas pode levar a uma redução de 50% nos preços e essa redução é fator sensível,

especialmente porque o valor dos alimentos é a razão pela qual milhões de pessoas no mundo ainda sofrem com a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição.

Outra condição determinante para o acesso da população aos alimentos são as redes de infraestrutura, que envolvem a qualidade e a eficiência dos meios de transportes e de armazenamento. Todos esses fatores influenciam no preço e no acesso a uma alimentação adequada, principalmente com o processo de urbanização, uma vez que as pessoas estão mais longes do ambiente de produção e essa distância acrescenta um custo no valor dos alimentos e também na sua disponibilidade. Por conta disso, ter uma infraestrutura de qualidade é condição essencial para se manter a segurança alimentar dos Estados.

A falta de infraestrutura adequada e limitações tecnológicas podem resultar em perdas na produção e conseqüentemente preços mais altos de alimentos, em especial para aqueles altamente perecíveis. Um exemplo de má condição de armazenamento se encontra na Tanzânia, onde estima-se que cerca de 25% do leite se deteriora devido à falta de instalações refrigeradas e que 97% da carne vermelha vendida no país nunca foi refrigerada (FAO,2020d).

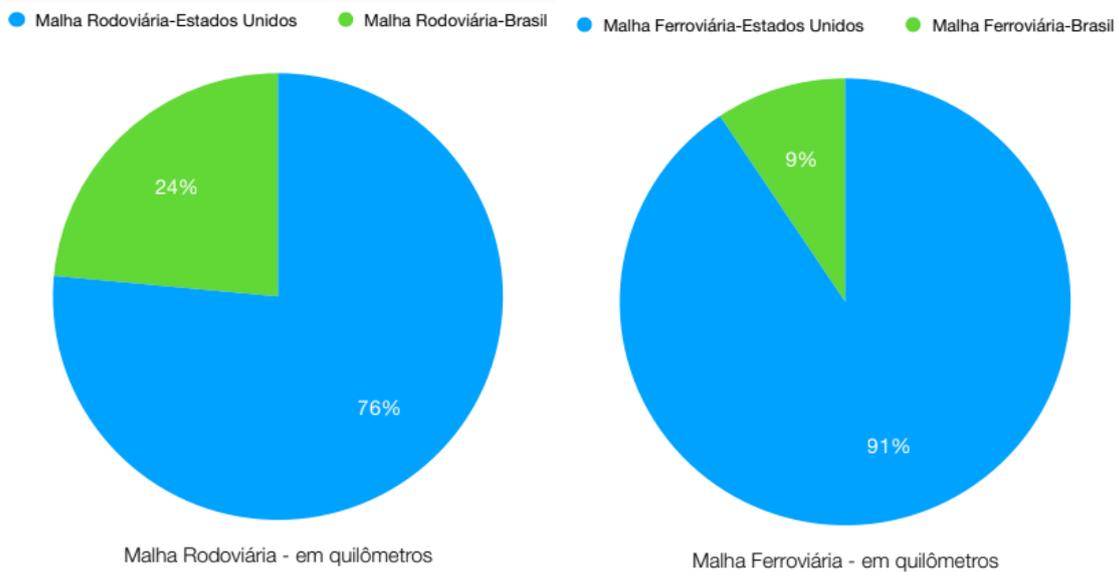
Já sobre as vias de transportes, tanto a rede rodoviária como a ferroviária são fundamentais para levar os produtos da fazenda aos mercados a um custo razoável, porém, aqui também se encontram diferenças entre os países do Norte e do Sul. Enquanto que nos primeiros a evolução dos transportes foi decorrente da expansão econômica interna, para os últimos - quase sempre dependentes da venda de seus insumos para o mercado externo - as redes de transportes acabaram ficando isoladas em algumas regiões, centralizadas nos principais portos exportadores, e assim, tornaram-se ineficientes. Por conta disto, nos países do Sul, o transporte de mercadorias é predominantemente feito por rodovias, ao passo que os países do Norte conseguiram melhor utilizar os diferentes modais de transporte, deixando as rodovias funcionarem basicamente como canais de distribuição e não de escoamento.

Comparando a matriz de transporte dos Estados Unidos com o Brasil¹⁰, percebe-se as diferenças no aproveitamento dos modais de movimentação de carga. Tendo uma malha rodoviária de mais de 6,5 milhões de quilômetros, os estadunidenses transportam 43% de suas cargas por estas vias, e, pelo modal ferroviário, - cerca de 290 mil quilômetros – outros 27 % (ILOS, 2020).

¹⁰ Escolheu-se fazer uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil pois são países que apresentam certa similaridade populacional e de extensão territorial, ao passo que estão alocados em grupos econômicos opostos – central e periférico, respectivamente.

Já no Brasil, mesmo sendo um país ligeiramente menor territorialmente do que os Estados Unidos, tem-se 3 vezes menos rodovias – em torno de 2 milhões de quilômetros – e uma malha ferroviária de menos de 30 mil quilômetros – quase 9 vezes menor do que a dos Estados Unidos (CIA, 2020). Além do que, a utilização dos diferentes modais de transporte de cargas no Brasil ainda é muito dependente de um único modal, principalmente para um país de tamanhas proporções. No ano de 2019, mais da metade das cargas movimentadas - cerca de 61% - foram por meio das rodovias e apenas 21% por ferrovias (ILOS, 2020).

Figura 6 – Comparativo das malhas rodoviária e ferroviária do Brasil e Estados Unidos



Fonte: elaboração da autora, 2020

A Figura 6 exibe o comparativo das malhas rodoviária e ferroviária do Brasil e dos Estados Unidos, tornando mais evidente a desproporção de infraestrutura entre ambos os países. Com essa informação, a análise da Figura 7 se dá de forma mais adequada, pois mesmo apresentando relativa equivalência entre os Estados Unidos e o Brasil no uso da malha ferroviária (27% e 21%, respectivamente), sabe-se que em termos de extensão, e portanto, de movimentação de carga, a matriz estadunidense continua muito à frente da brasileira.

Figura 7 – Comparativo das matrizes de transporte dos países

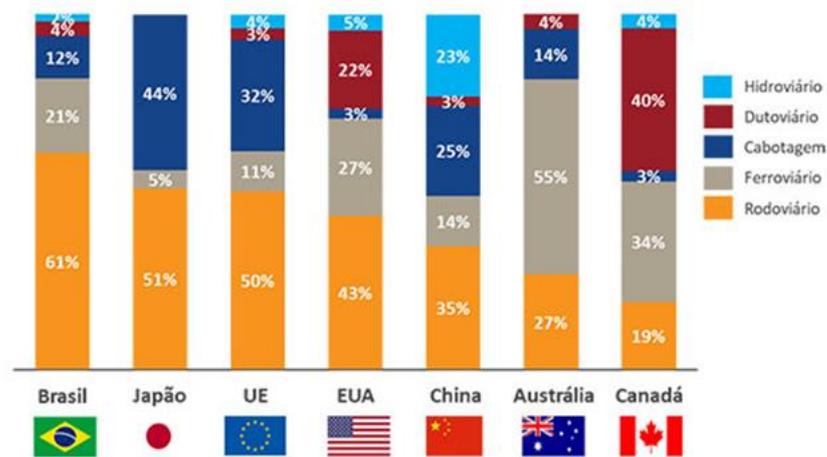


Figura 1: Matriz de Transportes nos países (% de TKU). Fontes: ILOS (Brasil); National Bureau of Statistics of China, Bureau of Transportation Statistics (EUA), Eurostat (UE), North American Transportation Statistics (Canadá), Department of Infrastructure, Transport, Cities and Regional Development (Austrália), Statistics Bureau (Japão).

Fonte: ILOS, 2020

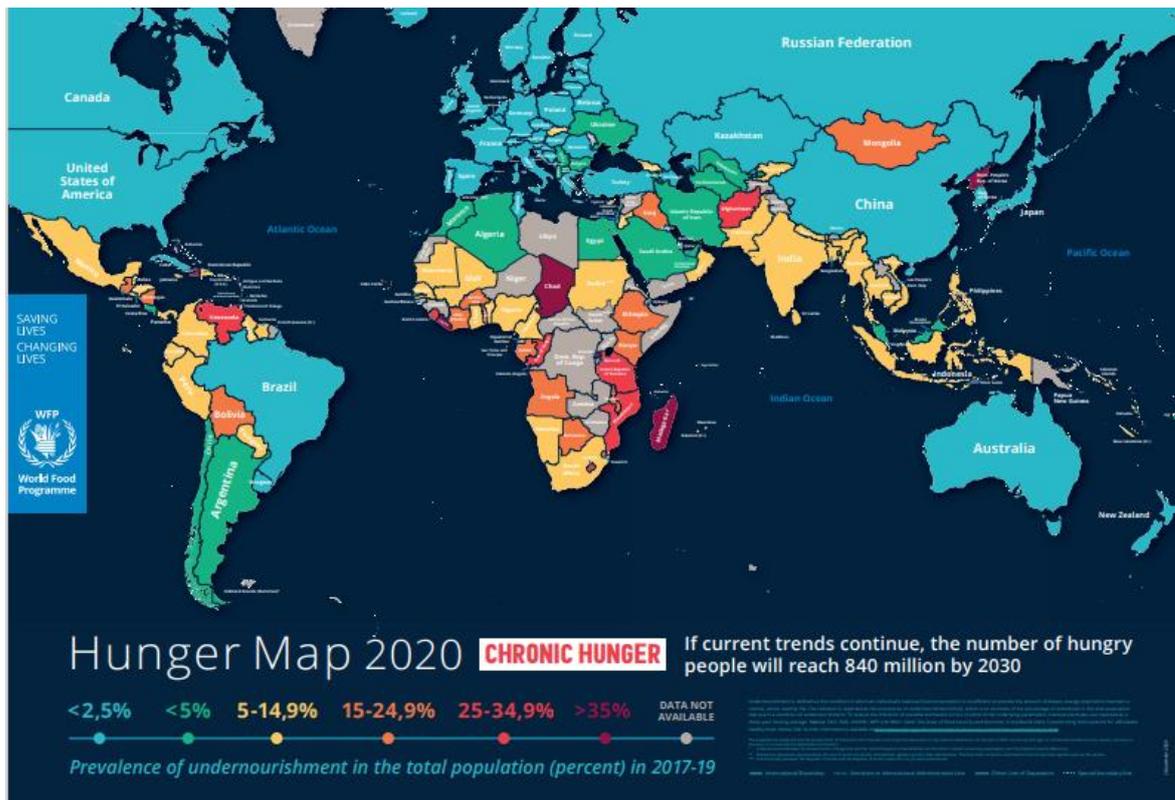
No que tange o modal rodoviário, entende-se que contar por demasiado com esse meio de transporte para o escoamento da produção não é o ideal. Entretanto, de acordo com a FAO (2020d) investir em infraestrutura rodoviária têm retornos significativos na obtenção de alimentos nutritivos para o mercado a custos mais baixos. Isso acontece porque, tendo uma infraestrutura de qualidade, os custos logísticos são reduzidos, conseqüentemente o valor pago pelo consumidor diminui e, como em qualquer país, a malha rodoviária é a única que tem capacidade de entregar os produtos nas portas das casas e dos supermercados.

Portanto, quando se fala em agricultura sustentável deve-se pensar desde o manejo da terra, o cultivo, a logística de processamento, o acesso e o preço final ao consumidor. Dentro desse arranjo, diferentes resultados são encontrados, especialmente entre os grupos de países do Norte e do Sul, onde as diferenças econômicas e financeiras refletem na estrutura alimentar global. Esse fato se comprova quando, fazendo uso das informações disponíveis no Mapa da Fome produzido pelo World Food Programme (WFP) - com dados de 2017-2019, mas publicado no ano de 2020, demonstrando a prevalência de desnutrição na população de praticamente todos os países do mundo – percebe-se quais são os países que se encontram em melhor ou pior condição alimentar.

Quase a totalidade dos Estados que apresentaram os menores índices de desnutrição no Mapa da Fome são aqueles considerados centrais – Estados Unidos, Canadá, Austrália, e a maioria dos países europeus -, enquanto que os países periféricos exibiram maiores prevalências

de desnutrição. Os casos mais graves encontram-se no continente africano, onde a porcentagem chegou a 35% da população em pelo menos 4 países. Em âmbito global, a soma desses resultados significa que mais de 265 milhões de pessoas estão em situação de subnutrição.

Figura 8 – Mapa da Fome 2020



Fonte: WFP, 2020

Percebendo quais são as regiões do mundo que mais sofrem com a fome e a insegurança alimentar, torna-se possível estudar o porquê desta configuração e de quais formas poder-se-á alterar o painel vigente. Também se torna viável entender como funciona a lógica do arrendamento de terras estrangeiras e a aplicação das inovações tecnológicas nas produções agrícolas ao redor do mundo.

De acordo com o relatório da FAO (2020d), globalmente está sendo produzido ou mantido em estoque a quantidade necessária de energia diária a ser consumida por toda a população mundial. Porém, tanto a disponibilidade de comida como o acesso a ela variam através das regiões, notadamente quando falamos na renda dos países. Apesar do sistema alimentar ter desenvolvido diversas facilidades, ainda há obstáculos físicos, econômicos e sociais que impedem várias pessoas de terem acesso a esses alimentos.

Para compreender a lógica por detrás do mercado agrícola atual, volta-se ao cenário do final da Segunda Guerra Mundial. Nesse período histórico, a Europa se encontrava em grande dificuldade, mal conseguia alimentar sua população, ao ponto de ter que estruturar um sistema de “tickets” de racionamento (BAZIN, 1996). Tomando iniciativas para se reerguerem, países da Europa Ocidental, fazendo uso de programas de reconstrução financiados pelos Estados Unidos, fomentaram suas políticas agrícolas empregando mais tecnologia e desenvolvendo a financeirização do setor.

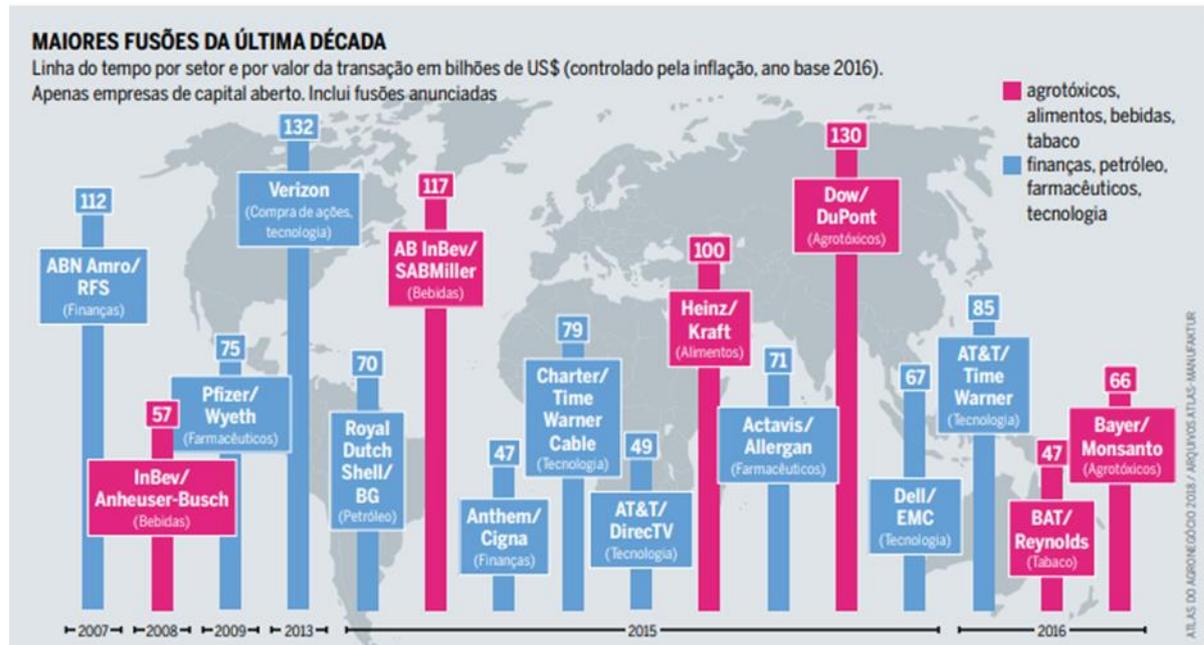
Dessa forma, as políticas de modernização que foram implementadas permitiram um salto na produtividade agrícola europeia, o que levou a autossuficiência de vários produtos. E, como exposto por Frédéric Bazin (1996), mesmo após atingir um nível seguro na produção de alimentos, optaram por não limitar a produção dos bens e começaram a trabalhar com os excedentes. A partir de então, os países europeus passaram a ocupar um espaço no mercado internacional não de apenas compradores, mas também, de vendedores de produtos agrícolas.

Essa “invasão” de produtos alimentares europeus e estadunidenses começou a aprofundar as diferenças entre os países exportadores de bens agrícolas, com destaque no que se refere as inovações tecnológicas. Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), essas empresas europeias e estadunidenses se tornaram transnacionais, ao ponto de se transformarem em oligopólios com poder o suficiente para interferir nos vários estágios da cadeia de valor. Empresas de máquinas e agrotóxicos, juntamente com a indústria de sementes, industrializaram a agricultura, e com a ajuda da Revolução Verde - que dependia fortemente de sementes, fertilizantes e outros insumos -, tornou-se possível fazer com que essas empresas transnacionais e seus métodos de funcionamento fossem disseminados pela Ásia e América Latina, principalmente.

Na década de 1980, as empresas agrícolas transnacionais alcançaram o patamar de *global players*, o que permitiu o estabelecimento a nível mundial dos padrões de agricultura e consumo de alimentos. Ao final dos anos de 1990, impulsionado pelo mercado de capitais financeiros, teve início o movimento de aquisições e fusões de empresas do ramo, dando forma aos grandes conglomerados empresariais que dominam a cadeia produtiva até os dias atuais (ATLAS..., 2018).

Ainda hoje, fusões ocorrem em grande velocidade, de 2015 a 2017 aconteceram 12 megafusões – em média, uma a cada dois meses (KRINNINGER, 2017). Em 2018, um dos maiores acordos realizados foi a compra da empresa Monsanto pela Bayer, deixando o mercado dividido em apenas 4 grupos: Dow DuPont, Bayer, Syntenta e BASF (PINA, 2018).

Figura 9 – Fusões de empresas na última década



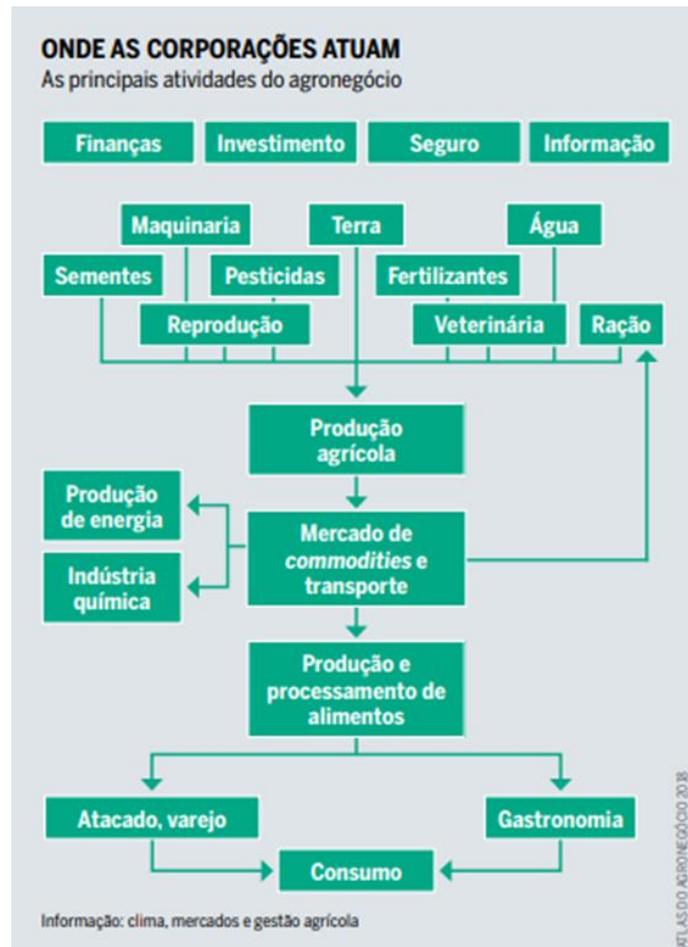
Muitas das empresas que foram as fundadoras do complexo agroindustrial, permanecem sendo líderes mundiais do setor, como: a Cargill, a John Deere, a Unilever, a Nestlé, o McDonald's e a Coca-Cola¹¹. Todavia, apesar da predominância desse seleto grupo, nos últimos anos novos atores do Sul têm surgido nessa competição pelo domínio dos mercados, como as empresas brasileiras BRF (atuante na Argentina, Oriente Médio e Tailândia), JBS (que comprou a Swift, Pilgrim's Pride e parte da Smithfield Foods) e Marfrig (que adquiriu a National Beef Packing), e as chinesas ChemChina (adquiriu a Syngenta) e a Cofco (comprou a Noble e a Nidera) (ATLAS..., 2018).

Como mostra a figura abaixo, essas corporações atingiram tamanha autoridade que agora atuam em todos os setores da agricultura e indústria, ou seja, nas amplas atividades do

¹¹ Nesse trabalho optou-se por não adentrar no tema da água, apesar de ser um recurso natural de extrema importância. Entretanto, crê-se necessário uma observação neste ponto sobre a empresa Coca-Cola. Por diversas vezes, a companhia estadunidense Coca-Cola esteve envolvida em denúncias de compra/privatização de reservas de água, por mais que a empresa negue seu envolvimento nesse tipo de negociação. Alguns casos ocorridos no Brasil foram: envolvimento da Coca-Cola e da Nestlé na tentativa de privatização do Aquífero Guarani em 2018; e, participação da Coca-Cola e da Ambev no projeto de lei 4.162/2019 para a privatização dos serviços de água e saneamento básico em todo o território nacional. Ademais, no México, na cidade de San Cristóbal de las Casas, por conta do consumo desenfreado de água por parte da companhia de bebidas Coca-Cola FEMSA – com uma taxa de extração de mais de 2,5 milhões de litros de água por dia –, teve que ser aplicado um racionamento de água para a população da região, que só conseguia fazer uso da água potável em certos dias e horários da semana. Além disso, o produto da Coca-Cola era vendido muito mais barato do que a própria água potável.

agronegócio. Seus domínios vão desde a posse da terra para o cultivo agrícola, passando pela indústria de sementes, agrotóxicos e fertilizante, chegando na etapa de processamento do alimento, financeirização da produção pelo mercado de capitais e por fim, na logística de transporte para seu destino final: o consumidor.

Figura 10 – Setores de atuação das corporações do agronegócio



Fonte: ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018

Dessa maneira, em razão do grande emprego de tecnologias no campo e em todos os processos da cadeia de produção, empresas do setor de Big Data começaram a ver a indústria agrícola como uma área atraente para seus investimentos. Empresas como a IBM, Microsoft e Amazon se juntaram a esses players dos alimentos nos grandes conglomerados biotecnológicos de controle de produção e consumo agrícola. Essas junções fizeram com que, no ano de 2018, 87 corporações com sede em 30 países dominassem a cadeia produtiva do agronegócio em todo o mundo (PINA, 2018).

Como confirmado pela figura abaixo, poucas empresas controlam o mercado agrícola de alimentos. De todos os setes setores apresentados, o número máximo de maiores empresas por setor foram dez, portanto, constata-se a grande centralização de mercado por poucas corporações. Dentro do setor de maquinas agrícolas, por exemplo, quadro grandes empresas – Deere, International Harvester, Massey-Ferguson e Ford Motor Company – que foram as pioneiras dessa indústria e, até o momento presente, mantem esse monopólio, controlam 99% do mercado mundial do setor (MENDONÇA, 2015).

Figura 11 – Participação de mercado das maiores empresas do setor agrícola e de alimentos

Participación en el mercado de las empresas más grandes en el mundo del sector agrícola y alimentario ¹

Sector	Número de empresas	% en el mercado
Semillas	4	67
Agroquímicos	4	70
Fertilizantes	5	18
Maquinaria y datos agrícolas	5	41
Comercio de granos	4	90
Procesamiento de alimentos y bebidas	10	37.5
Mercados minoristas de alimentos	10	99.9

Fonte: MOONEY, 2019

Portanto, esse movimento mostra que o setor agrícola está paulatinamente saindo das mãos dos agricultores rurais e indo ao encontro das poucas corporações transnacionais de manipulação do alimento, que, para além do domínio de produção, também ditam os hábitos alimentares dos consumidores. Todavia, essa dinâmica de controle industrial ainda não é percebida por completo nos países do Sul, onde boa parte da área rural ainda permanece sob controle de pequenos proprietários e da agricultura familiar e onde o entendimento de controle pelo estrangeiro ainda não soa claro. Mas, isso não significa que não haja atuação dos grandes *players* nessas regiões, inclusive, até mesmo sob a própria produção dos pequenos produtores.

Entretanto, compreende-se que muitos países periféricos, por não possuírem recursos financeiros suficientes para um desenvolvimento tecnológico nacional, tiveram que manter suas práticas rudimentares de cultivo e de agricultura itinerante. Alguns ainda seguem um sistema de plantations, de monoculturas e de latifúndios. Outros conseguiram incorporar algumas das

tecnologias estrangeiras, mas acabam se tornando reféns de uma estrutura mercadológica de países centrais.

Portanto, esse sistema, formulado décadas atrás pelas potências centrais, foi o que manteve os processos de competição desiguais na agricultura. Como exemplo, pode-se observar o discrepante grau de tecnologia empregada nos meios rurais de sociedades de países do Norte e do Sul no momento presente. Em África, 65% da mão-de-obra para o preparo da terra é feito pela força muscular dos próprios pequenos agricultores, enquanto que 25% é derivado de tração animal e apenas 10% de máquinas a motor (FAO 2019b). Enquanto que no Japão, somente 7% da população economicamente ativa está no campo e a grande maioria trabalha apenas meio período. Isso ocorre porque o governo japonês subsidia o desenvolvimento de 20 tipos de robôs para o plantio e colheita dos cultivos, dos quais muitos são movidos por energia solar e equipados com GPS e WIFI. Essa alta tecnologia permitiu com que o Japão expandisse sua produção sem aumentar o uso de terras, até porque, 85% do território japonês é montanhoso, restando apenas uma pequena área para o cultivo agrícola. Assim, outros métodos de plantação também foram desenvolvidos, como a plantação em película de polímero, que não necessita de terra e utiliza até 90% menos água do que a agricultura tradicional (KAMATA, 2019).

Como mostrado acima, a agricultura nos países centrais passou a depender cada vez menos de grandes números de trabalhadores no campo e cada vez mais de recursos tecnológicos e biotecnológicos. Como complemento, as ações de protecionismo político do setor agrícola nesses países - como os subsídios governamentais, barreiras tarifárias, sanitárias e fitossanitárias - têm sido grandes contribuidores para os crescentes lucros das empresas desse setor.

Em suma, a produção agrícola dos países do Norte possui um alto grau de mecanização, incentivos governamentais para sua manutenção e desenvolvimento, melhor uso das suas particularidades climáticas - como a produção por zoneamento - e etc. o que resulta em maior produtividade. Ainda nesse somatório, por contarem com melhores infraestruturas domésticas, como um sistema eficiente de transportes intermodais, acabam por suprir as demandas internas mais adequadamente, além de alcançarem níveis de maior competitividade no mercado internacional.

Já na maioria dos países do Sul, constata-se a ausência de infraestruturas modernas e de armazenagens adequadas, falta de políticas que beneficiem a implementação de tecnologias agrícolas e se encontra meios de transportes mais custosos e falhos. Essas deficiências periféricas fazem com que esses países continuem presos ao ciclo de subalternidade de renda e

de competitividade no mercado internacional. Além do que, essas disparidades também refletem na representatividade desse grupo nos fóruns de decisão internacional, resultando em políticas de conformidade aos padrões impostos pelos grandes atores.

Conforme afirmado em outro texto “em 1999 os 28 países mais desenvolvidos, com 15,5% da população mundial, geraram 57,4% do PIB e controlaram 77,6% das exportações de bens e serviços em escala planetária. Desses 28 países, os 7 mais industrializados, formados por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá, com 11,6% da população mundial, geraram 45,8% do PIB e controlaram 48,9% do comércio. No outro extremo, 128 dos chamados países em desenvolvimento, com 77,7% da população mundial, geravam 36,8% do PIB e participavam com apenas 18% das exportações de bens e serviços” (ROMERO, 2001: 60). Esse processo levou à consolidação de uma espécie de oligopólio global. Como um autor aponta, “as empresas e países que compõem este oligopólio global estabelecem relações com as várias regiões do mundo que são fortemente assimétricas e hierárquicas e constituem um espaço de interdependência e competição acirrada com base na expansão global, investimento cruzado e a concentração resultante de aquisições e fusões entre esses grandes grupos que geralmente se originam de um dos polos da Tríade” (Romero, 1998). (ROMERO, 2002, p. 26-27, tradução nossa¹²).

Nessa estrutura de grandes atores e disputa de poder, como bem apresentado por Alberto Romero (2002), é perceptível como o modelo agrícola atual foi transformado em um ambiente onde poucos indivíduos são privilegiados a custas de muitos, o que é perpetuado por meio da centralização e concentração da produção e dos recursos econômicos para tal. Essa reflexão permite dizer que a agricultura está sendo operada por um grupo de atores notadamente originários de países centrais que, apropriando-se dos vários níveis da cadeia de produção do alimento, permanecem fechados em seus pares e promovendo assimetrias nos países em que atuam.

Assim, agindo conforme a lógica capitalista de produção - da mesma forma como aconteceu na Revolução Verde - as empresas desenvolvedoras de produtos tecnológicos estão apenas interessadas nos aumentos dos lucros e, portanto, anseiam por monopolizar o mercado agrícola. Nesse sentido, os *players* do agronegócio acabam por gerar impactos negativos,

¹² Tal como señalo en otro escrito “para 1999 los 28 países más desarrollados, con el 15.5% de la población mundial, generaban el 57.4% del PIB y controlaban el 77.6% de las exportaciones de bienes y servicios a escala planetaria. Dentro de estos 28 países los 7 más industrializados, conformados por Estados Unidos, Japón, Alemania, Francia, Italia, Reino Unido y Canadá, con el 11.6% de la población mundial, generaban el 45.8% del PIB y controlaban el 48.9% del comercio. Al otro extremo, 128 de los llamados países en desarrollo, con el 77.7% de la población mundial, generaban el 36.8% del PIB y participaban con tan solo el 18% de las exportaciones de bienes y servicios” (ROMERO, 2001: 60). Este proceso ha conducido a la consolidación de una especie de oligopolio mundial. Como señala un autor, “las firmas y países que constituyen este oligopolio mundial establecen relaciones con las diversas regiones del mundo fuertemente asimétricas y jerarquizadas, y constituyen un espacio de interdependencia y feroz competencia basado en la expansión mundial, las inversiones cruzadas y la concentración derivada de adquisiciones y fusiones entre estos grandes grupos que en general son originarios de alguno de los polos de la Tríada” (Romero, 1998).

especialmente nos setores sociais - como pelo aumento da concentração de renda e de terras e a criação de dependências tecnológicas (ANDRADES; GANIMI, 2007). Portanto, apesar de haver menos impactos ao meio ambiente, a agricultura sustentável ainda se liga a um seletivo grupo de empresas e atores que continuam a perpetuar as diferenças sociais entre e intra Estados.

Apesar de todos os indivíduos serem afetados pelas ações da indústria agrícola, de acordo com Barbara Unmüssig, presidente da Fundação Heinrich Böll, os mais atingidos são os agricultores de países periféricos, uma vez que, vários deles já vivem abaixo da linha da pobreza e acabam se tornando dependentes do seletivo grupo de industriais para a compra dos insumos necessários ao cultivo agrícola (*apud* KRINNINGER, 2017). Tal cenário é recorrente e sustentado por vários motivos, inclusive por conta de políticas nacionais e internacionais de maior valorização do agronegócio de alta tecnologia que, como já abordado anteriormente, não é acessível para grande parte dos agricultores do Sul. Como única alternativa aos produtores desses países, práticas mais rudimentares de cultivo acabaram sendo mantidas, mas essa forma de produção não permite gerar um aumento na competitividade de mercado, ao menos que haja uma expansão da área de cultivo. Além dessa situação, as antigas práticas de produção agrícola são causadoras de diversos danos ao meio ambiente e a saúde da população.

Alguns dos danos à saúde e ao meio ambiente foram definidos pela FAO (2020d) como “Hidden Costs”, também conhecidos como negativos ou externalidades, que são relacionados com os tipos de dietas consumidas/fabricadas. Os principais efeitos reverberam na saúde e no meio ambiente, visto que são áreas afetadas diretamente pelo padrão do sistema alimentar. Os impactos na saúde são associados a uma dieta considerada pobre em qualidade, projetando um custo médio de USD 1.3 trilhões em despesa com saúde para 2030 devido ao consumo de comida atual - 57% desse valor seria destinado a custos diretos de saúde para tratamento de doenças DNCs¹³ e 43% para os custos indiretos, como: perda de produtividade do trabalho (11%) e tratamento informal (32%). Já para os efeitos ao meio ambiente, onde há impactos vindos de toda cadeia alimentar - pelo uso da terra, energia, uso de água, criação de animais, e etc. - acredita-se que cheguem a custar por volta de USD 1.7 trilhões em 2030.

Portanto, para que se tenha uma produção que inclua princípios de sustentabilidade, precisam ser feitas transformações em todos os níveis do sistema alimentar, desde os procedimentos de manejo dos alimentos até os hábitos alimentares dos consumidores. Os

¹³ Doenças Não Comunicáveis = doenças não transmissíveis.

grandes responsáveis por estes padrões – os conglomerados agroindustriais -, apesar de seu extenso poder, pouco fazem para tratar os impactos que causam no resto do mundo. Porém, graças aos movimentos sociais, que têm posto pressão nessas organizações e em suas operações nos últimos anos, questões de fome, desperdício, saúde, meio ambiente e tantos outros temas estão tomando maiores proporções (ATLAS..., 2018).

Sendo assim, após o panorama acima exposto, pode-se perceber, pelo menos em linhas gerais, como a agricultura sustentável demanda um alto nível de tecnologia e, conseqüentemente, de maiores condições econômico-financeiras para o seu acesso. Também foi possível perceber como a tecnologia possibilitou o aumento da produção de alimentos mesmo em espaços de terra limitado e permitiu o melhor aproveitamento da produção ao reduzir as perdas e desperdícios. Entretanto, toda essa infraestrutura é muito mais empregada nos países do Norte do que nos países do Sul. Por isso que, para essas considerações, a tecnologia ocupa um importante papel tanto como objeto de crítica como de solução.

4 CASOS

O presente capítulo, afim de cumprir com o terceiro objetivo específico desse trabalho, busca apresentar alguns fatos que sirvam como exemplo de que a (in)segurança alimentar é fortemente interligada com a segurança e estabilidade internacional. Para melhor organização, o capítulo foi dividido em três subcapítulos, os quais foram destinados a apresentação de casos nos continentes africano, americano e asiático. Em cada um, pretende-se analisar um setor específico dentro da cadeia do alimento.

4.1 ÁFRICA

A África é o continente que apresenta os mais elevados graus de subnutrição e insegurança alimentar do mundo. Por diversas vezes foram enviados equipes e suprimentos de ajuda humanitária ao continente e formulados acordos de cooperação entre países africanos e demais Estados de outras regiões. Mas, apesar disso, a constante ameaça da fome chama atenção para a dificuldade da região de superar essa barreira de desenvolvimento político e social.

As causas da fome no continente são muitas, podendo ir de problemas climáticos, ocupação estrangeira, crescimento populacional, instabilidade econômica, até conflitos políticos. Sabe-se que, mesmo recebendo ajudas humanitárias de outros países e organizações internacionais, o longo histórico de dominação e extrações de riquezas agrícolas, naturais e minerais de África fizeram com que essa região se tornasse extremamente vulnerável e presa a um ciclo de pobreza, que não será sanada enquanto não houver uma mudança sistêmica e estrutural capaz de promover um desenvolvimento nacional em cada Estado africano. A fome e a miséria são frutos de ações humanas e apenas com ações humanas se resolverá. Em 2019, a FAO (2020d) estimou que 250 milhões de pessoas no continente africano estavam subnutridas e, caso não haja melhoras neste cenário, espera-se que até 2030 este número chegue a 433 milhões. Para além da subnutrição, a FAO (2020d) ainda contabiliza que cerca de 675 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar no continente africano em 2019.

Tendo em vista o panorama acima exposto, foram escolhidos dois países africanos para servirem de exemplo do contexto apresentado: a Etiópia e a Eritreia. Para estes casos serão trazidas informações sobre as infraestruturas domésticas no que tange a produção agrícola e

seus impactos na estruturação da sociedade. No final, será abordado, de forma breve, as tensões e os conflitos belicosos entre Etiópia e Eritreia ocorridos entre os anos de 1960 e 2000.

4.1.1 Etiópia

A República Federal Democrática da Etiópia tem um território de 1.104.300 quilômetros quadrados, é considerado o segundo país mais populoso do continente – com cerca de 112 milhões de pessoas – e classificou-se como a oitava maior economia de África (BRASIL, 2020b). O país é predominantemente agrícola – com 17,5% da sua área total destinada ao cultivo - e mais de 78% de sua população vive nas áreas rurais, apenas 21% em área urbana. Mesmo assim, o setor de serviços ultrapassa a agricultura como a principal fonte de PIB, sendo 43,6% e 34,8% respectivamente (CIA, 2020).

Na Etiópia, o governo é um forte interventor na economia, participando de projetos de infraestrutura em produção e distribuição de energia, estradas e parques industriais, por exemplo. De acordo com o site da CIA (2020), o Estado etíope é o proprietário legal de todas as terras, portanto, para fazer uso do território há uma série de especificidades, por exemplo: nas áreas rurais são fornecidos arrendamentos de longo prazo para os inquilinos, enquanto que nas áreas urbanas os direitos de propriedade são mais mal regulamentados, estando sujeitos à corrupção local.

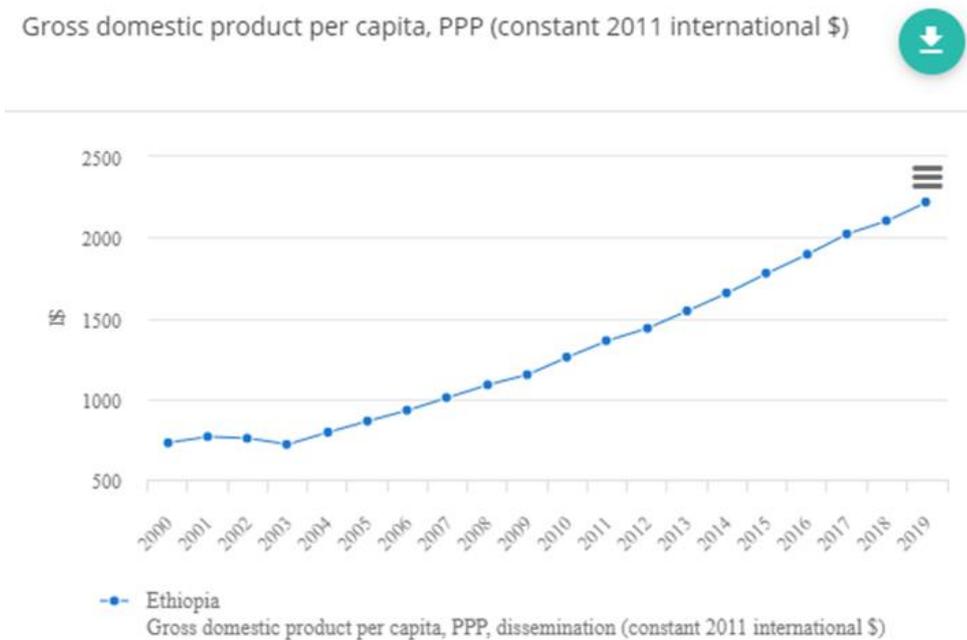
Apesar de ser um dos países mais pobres do mundo - 29,6% da população abaixo da linha da pobreza (estimativa de 2014) –, a Etiópia apresenta o nível mais baixo de desigualdade de renda em África e um dos mais baixos do mundo. Mesmo com o avanço na eliminação da pobreza extrema, por conta do rápido crescimento populacional e das mudanças climáticas que afetam o país, dados do IBGE apontam que a taxa de incidência de subnutrição na população foi de 20,6% no período de 2016-2018, colocando-o na décima nona colocação no ranking de subnutrição dos países africanos e em vigésimo quinto na escala mundial (BRASIL, 2020b). Desse modo, tem-se aumentado a pressão sob os recursos naturais do país para que se consiga diminuir os níveis de vulnerabilidade e escassez de alimentos, que vêm causando um cenário crítico de insegurança alimentar para milhões de etíopes (CIA, 2020).

Os gráficos abaixo, retirados do site da FAOSTAT (2020c), demonstram a evolução do PIB per capita e os níveis de insegurança alimentar no Estado da Etiópia. O primeiro gráfico mostra que entre o período analisado (2000-2019) houve um crescente aumento da renda da população, passando de US\$ 727,80 em 2000 para US\$ 2.219,70 em 2019. Esse aumento de

renda comumente reflete em um maior consumo de alimentos, visto que a barreira econômica de acesso à alimentação diminuiu. Entretanto, como o segundo gráfico apresenta, os níveis de insegurança alimentar na população mantiveram uma certa estabilidade no período, variando entre 14.7 e 15.7 milhões de indivíduos.

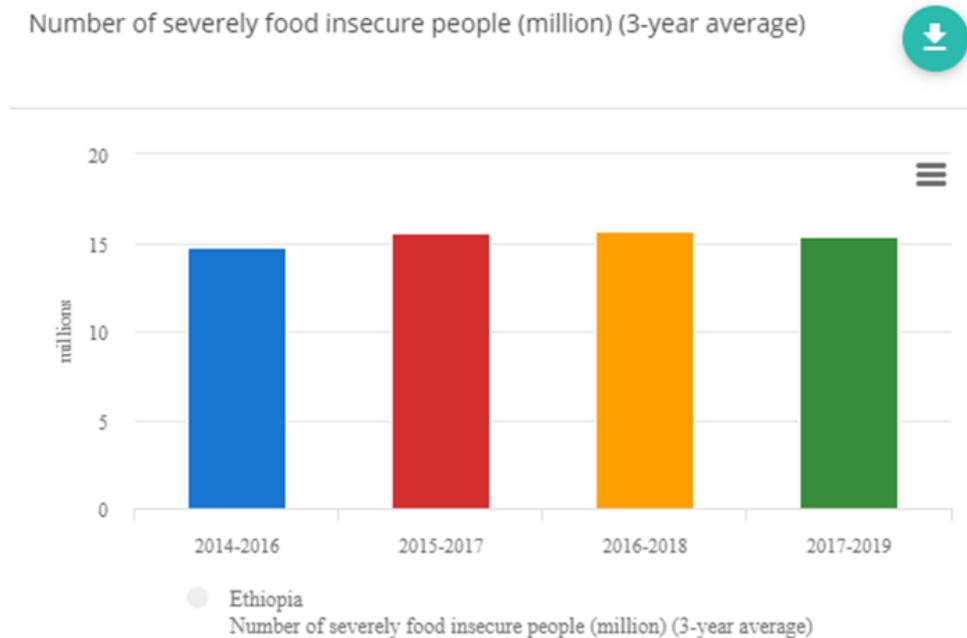
Assim, mesmo havendo crescimento na renda da população, não se verificou uma diminuição nos níveis de insegurança alimentar. A razão pela qual o cenário não seguiu a tendência esperada pode estar relacionada ao aumento no índice dos preços recebidos pelos produtores (Producer Price Index). Em outras palavras, por mais que a renda da população tenha aumentado, o preço dos alimentos acompanhou esse aumento.

Figura 12 – Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Etiópia (2000-2019)



Fonte: FAOSTAT, 2020c

Figura 13 – Insegurança alimentar severa na Etiópia (2014-2019)



Fonte: FAOSTAT, 2020c

Mas, para além das necessidades de alimentação interna, a agricultura é tida como setor relevante para o Estado da Etiópia, tendo em vista a sua participação na pauta exportadora. Das commodities exportadas, o café aparece como sendo o maior gerador de divisas para o país (correspondendo a 27% em valor), seguido por sementes oleaginosas (17%) e vegetais (17%). Os principais parceiros das exportações etíopes são: Sudão (23,3%), Suíça (10,2%) e China (8,1%). Já no investimento estrangeiro direto (IED), os principais contribuidores são a China, Turquia e Índia. A maior parte desses IEDs se encontra destinado aos setores de infraestrutura, construção, agricultura e processamento agrícola (CIA, 2020). Atualmente, a Agência de Transformação da Agricultura (ATA) do governo etíope está investindo em tecnologia nas suas plantações fazendo uso de drones e satélites. O projeto da ATA visa dobrar a renda de 5 milhões de agricultores em cinco anos, melhorando o acesso a sementes e fertilizantes, além de usar o mapeamento de solo por satélite e os drones para avaliar as condições das produções e encontrar potenciais clientes nas colheitas (GEBRE, 2019).

4.1.2 Eritréia

A Eritréia é um país pequeno – 117.600 quilômetros quadrados - e extremamente pobre localizado do Chifre da África. Possui pouco mais de 3 milhões de habitantes, dos quais 40% residem em área urbana e 59% em área rural (BRASIL, 2020b) – segundo a CIA (2020), em 2004, 50% da população vivia abaixo da linha da pobreza e, de acordo com o IFPRI (2020), 66% da população eritreia estava subnutrida em 2010.

A economia da Eritréia é majoritariamente dependente do setor de serviços, que corresponde a 58,7% do PIB, mas apesar dessa predominância, 80% da força de trabalho está localizada na agricultura (CIA, 2020). Esse fato pode ser explicado pela crescente demanda por alimentos da população, uma vez que, devido as repetidas secas e diminuição da terra arável – apenas 6,8% da área total do país é cultivada -, buscam, através da agricultura de subsistência, suprir suas necessidades (BRASIL, 2020b).

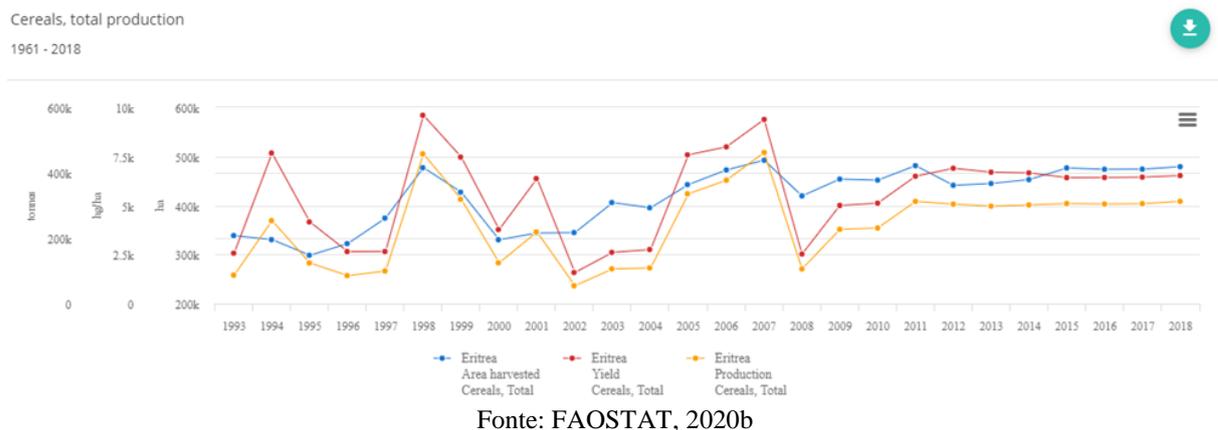
De acordo com o site da CIA (2020), desde a independência formal da Eritréia em 1993, o país tem enfrentado muitos problemas econômicos, falta de recursos financeiros e seca crônica. As produções agrícolas normalmente não são suficientes para suprir as demandas alimentares da população, o que obriga o país a comprar estoques de grãos suplementares de outros países. No que se refere as importações eritreias, os Emirados Árabes Unidos (14,5%), China (13,2%) e Arábia Saudita (13,2%) são os principais parceiros.

Ademais, embora seja difícil encontrar estatísticas confiáveis e atualizadas sobre a Eritréia, os gastos militares são os grandes culpados pela falta de orçamento suficiente para o investimento em tecnologia e inovação do setor agrícola do país (CIA, 2020). Juntamente a esse fator, a desertificação dos solos, anos de seca e a presença de minas terrestres têm interferido negativamente na produção agrícola e no desenvolvimento econômico, em especial, quando se percebe que quase um quarto das terras produtivas do país foram inutilizadas após a guerra com a Etiópia de 1998 a 2000 (NOGUEIRA, 2018).

Apesar da FAOSTAT (2020b) não possuir em seu banco de dados informações sobre o acesso e a utilização de alimento, ou sobre a prevalência de subnutrição na população da Eritréia, há registros da produção total de cereal. No gráfico abaixo é possível perceber como houve uma queda constante na produção de cereal durante o período da Guerra (1998-2000), passando de 457 mil toneladas em 1998, para 124 mil toneladas em 2000. Apenas em 2007 o país conseguiu recuperar os antigos níveis de produção, mas sofreu outra queda devastadora no ano seguinte como resultado do declínio no financiamento do Instituto Nacional de Pesquisa

Agrícola (NARI), graças à crise de 2008 e as oscilações do mercado internacional. Os gastos com P&D na agricultura eritreia ainda estão entre os mais baixos de África – US\$ 2,9 milhões de dólares em 2011 – se comparado à proporção do PIB, o que deixa os níveis muito abaixo do necessário para suprir as demandas internas (IFPRI, 2020).

Figura 14 – Produção total de cereal da Eritreia (1961-2018)



4.1.3 Guerra Eritreia-Etiópia

Em África, muitas regiões foram colonizadas por países europeus, que exploraram os territórios e estabeleceram fronteiras que não respeitavam a dinâmica das populações que ali viviam. Os territórios que hoje correspondem aos Estados soberanos da Eritreia, Etiópia e Somália pertenceram ao Império Italiano, de 1889 até o final da Segunda Guerra Mundial.

Após a independência do controle colonial italiano, em 1941, e depois de mais de 10 anos de controle administrativo britânico, a Eritreia foi reconhecida pela ONU como região autônoma dentro da federação da Etiópia, em 1952. Porém, a Etiópia, visando manter seu acesso ao Mar Vermelho, na década de 1960, anexou por completo a Eritreia, tornando-a uma província de seu país. Esse evento desencadeou uma violenta luta pela independência que durou 30 anos, até a vitória dos eritreus sob o governo etíope em 1991. No ano de 1993, o povo da Eritreia aprovou a sua independência em um referendo, desde então, Isaias Afwerki tem sido o único presidente do país (CIA, 2020).

Entretanto, no final dos anos de 1990 os dois países voltaram a se desentender a respeito da demarcação de suas fronteiras, culminando em mais uma guerra, desta vez com duração de dois anos e meio - eclodida em 1998 e terminada em dezembro de 2000. Em novembro de 2007, a Comissão de Fronteiras da Eritreia-Etiópia (EEBC) emitiu as coordenadas específicas para

demarcação da fronteira. Contudo, a Etiópia não aceitou a nova delimitação e manteve suas tropas em áreas anteriormente contestadas, com essa intransigência as tensões entre os países continuaram. Foi apenas em junho de 2018 que a Etiópia anunciou que aceitaria a decisão de fronteira de 2000, esse evento foi marcado com um acordo de paz em julho e pela reabertura da fronteira em setembro do mesmo ano (CIA, 2020).

A reaproximação entre Eritreia e Etiópia levou a uma retomada constante dos laços econômicos, mas a economia de ambos os países continua sendo muito dependente da agricultura e, a Eritreia, ainda é uma das nações mais pobres de África. Todavia, apesar das relações melhoradas entre os países, o atual presidente eritreu, Isaias Afwerki, não abrandou o alistamento obrigatório e os planos de militarização (CIA, 2020).

No desenrolar dos conflitos entre a Eritreia e a Etiópia, milhares de pessoas morreram de fome nos dois países, situação essa que foi agravada pela prolongada seca que atingiu o chifre da África no período. Apelos por envio de alimentos às agências internacionais foram feitos, mas as entregas desses suprimentos foram dificultadas pela condição de litígio entre os dois Estados (BBC BRASIL, 2000). Mesmo assim, países de todos os continentes se mobilizaram diversas vezes para tentar ajudar as populações das regiões e os próprios governos envolvidos no conflito para que chegassem a um acordo de paz.

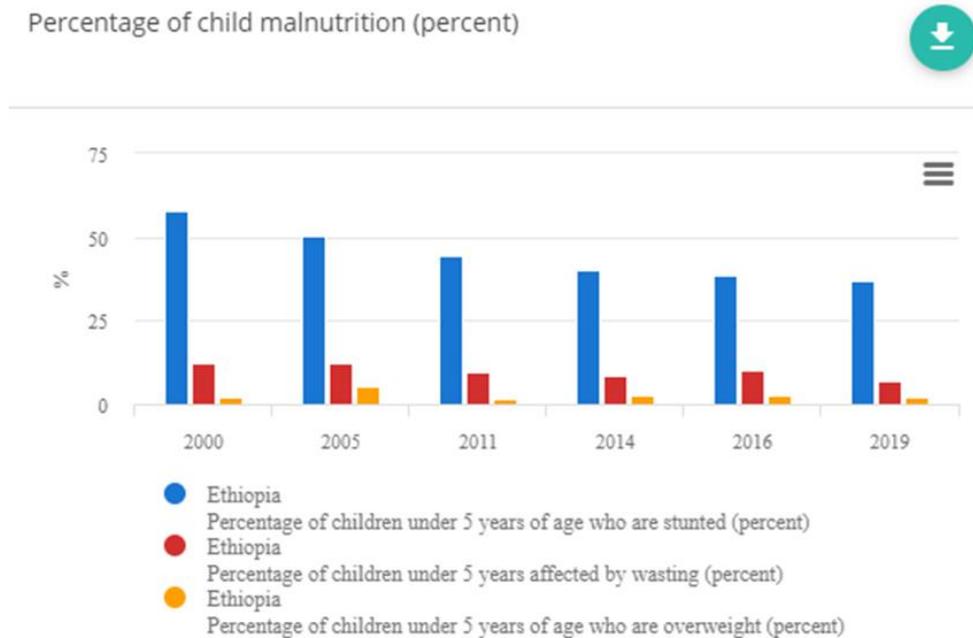
Durante a guerra de 1960-1991, uma campanha mundial intitulada “Band Aid” arrecadou alimentos e 100 milhões de dólares para as vítimas da fome que assolou a região entre 1984 e 1985. Entretanto, vinte e cinco anos mais tarde, uma investigação revelou que 95% dos 100 milhões de dólares enviados à Etiópia para a compra de alimentos foram desviados para ‘fins militares’, no caso, para a compra de armas (PLAUT, 2010). Estima-se que, nesse período da década de 80, a fome atingiu cerca de 8 milhões de pessoas e levou mais de 1 milhão à morte (PONTES, 2020).

Como dito anteriormente, não é fácil encontrar dados atualizados e confiáveis sobre a Eritreia, por conta disso, a fim de fazer um comparativo entre Eritreia e Etiópia sobre segurança alimentar da população, foi trazido um dos poucos dados disponíveis: a porcentagem de má-nutrição infantil.

De acordo com os gráficos abaixo, retirados do site da FAOSTAT (2020b; 2020c), consegue-se perceber que na Etiópia (figura 15), no ano 2000, 57.6% das crianças menores de 5 anos estavam mal alimentadas. Enquanto que na Eritreia (figura 16), no ano de 2002, essa porcentagem foi de 43% e constata-se também que essa taxa tem seguido comportamento

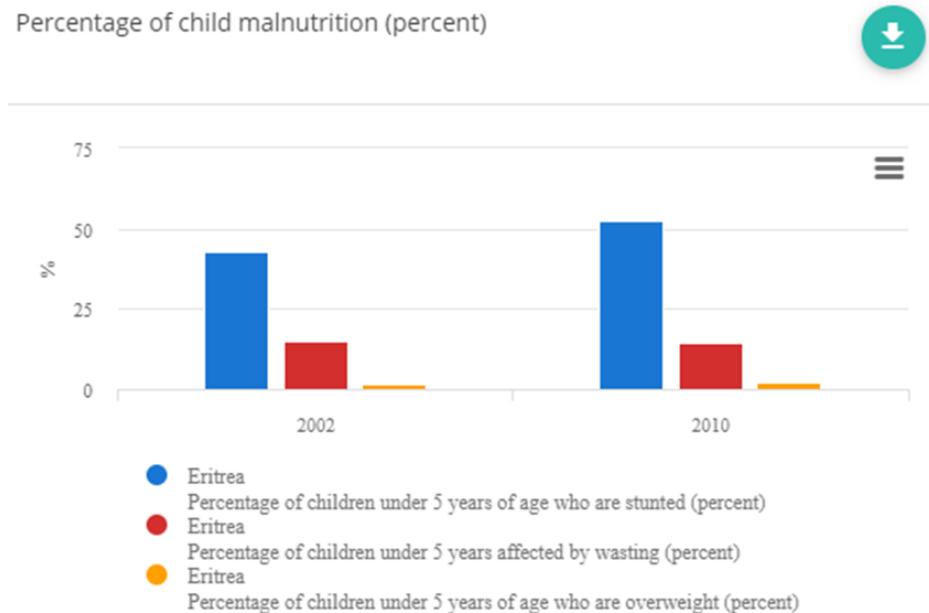
diferente do decréscimo verificado na Etiópia, haja vista o aumento na porcentagem de má-nutrição em crianças com menos de 5 anos.

Figura 15 – Porcentagem de má nutrição infantil na Etiópia (2000-2019)



Fonte: FAOSTAT, 2020c

Figura 16 – Porcentagem de má nutrição infantil na Eritreia (2002-2010)



Fonte: FAOSTAT, 2020b

4.2 ÁSIA

No último relatório sobre segurança alimentar da FAO (2020d), afirma-se que os níveis mais severos de insegurança alimentar assolaram 9.7% da população mundial em 2019 – o que corresponde a 750 milhões de pessoas. Além dos níveis severos, um adicional de 1.25 bilhões de pessoas - 16% da população mundial – também acabaram experienciando a insegurança alimentar de nível moderado. Sendo assim, a prevalência de ambos os níveis de insegurança alimentar atingiu cerca de 25.9% da população mundial em 2019, isso representa um total de 2 bilhões de pessoas.

Desse apanhado geral, a Ásia – que é o maior continente em extensão territorial e em número de habitantes – foi a região do mundo onde se concentrou a maior parte das pessoas que experienciaram insegurança alimentar em 2019, cerca de 1.03 bilhões de indivíduos. Quase que como consequência desse dado, o continente também apareceu como sendo o lar de mais da metade das pessoas subnutridas no mundo – em torno de 381 milhões de indivíduos (FAO, 2020d).

Apesar dessa quantidade expressiva de pessoas em situação de subnutrição, nos últimos anos o quadro da região tem apresentado uma redução considerável nesses números – menos 8 milhões de pessoas desde 2015 e menos 190 milhões desde 2005. As maiores reduções nas taxas de subnutrição no continente foram registradas nas sub-regiões da Ásia Oriental e Meridional, basicamente na Índia e na China, que são também as duas maiores economias regionais (FAO, 2020d).

Para os fins desse subcapítulo, optou-se por apresentar apenas o caso chinês para tratar de Ásia, demonstrando, de maneira geral, os projetos desenvolvimentos pela China para suprir a demanda interna de alimentos. Um dos pontos aqui levantados será a aquisição de terras estrangeiras pelo governo e por empresas privadas chinesas que visam o setor agrícola.

4.2.1 China

Logo na introdução desse trabalho foi questionado: “como conseguir alimentar 1.3 bilhão de pessoas?”. De certo, essa pergunta se faz pertinente para a China, onde grande parte dessa sua imensa população está localizada em cidades e, tantas outras comunidades rurais estão em regiões de difícil acesso. Para além de questões geográficas, ao estudar o caso chinês deve-se considerar ainda outro aspecto de tremenda importância, que é o seu passado histórico.

No final da década de 50 e início da de 60, a República Popular da China passou por um período conhecido como ‘A Grande Fome Chinesa’. Nessa época, o governo chinês era liderado por Mao Tsé-tung, o então presidente do Partido Comunista Chinês, que, determinado a alcançar a industrialização ocidental, lançou o programa ‘Grande Salto Adiante’. Entretanto, ao contrário do que pretendia alcançar, Mao trouxe à China, nas palavras de Henry Kissinger (2012, p.189), “uma das fomes mais disseminadas na história moderna e gerou uma ruptura no Partido Comunista; e a Revolução Cultural de 1966 [...]”

Na busca dessa utopia, a população viu seus trabalhos, casas, terras e demais bens serem coletivizados. A alimentação também era controlada, sendo realizada em cantinas coletivas e distribuídas de acordo com o ‘mérito’, nesse sistema, a comida acabou se tornando mais uma arma do governo contra o povo. Uma vez que a fome se disseminou, a sobrevivência das pessoas ficou em situação de risco, estima-se que, com a implementação desse plano fracassado de modernização, por volta de 15 a 32 milhões de pessoas, ou mais, morreram sob o regime (DIKÖTTER, 2010).

À vista do ocorrido, nos anos seguintes, além da profunda marca deixada na história e cultura desse povo, a economia chinesa estava completamente devastada. Mas, gradualmente, a partir dos anos de 1970, uma série de reformas de sistema econômico foram implementadas no país, o que possibilitou à China um rápido crescimento econômico. Tanto é que, em 2007, o PIB chinês atingiu um crescimento de 14,2% (THE WORLD BANK, 2020). Hoje, a China se posiciona como a segunda maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 14,86 trilhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América, que registra um PIB de US\$ 21,81 trilhões (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020). Esses incríveis resultados dos últimos anos geram intensas discussões sobre a natureza política e econômica chinesa pós-reformas, mas, de toda forma, apesar de sua evolução econômica, a China ainda enfrenta preocupações sobre sua capacidade de fornecimento de alimentos.

Pelas inúmeras restrições de produção agrícola – seja pelas dificuldades climáticas, de geografia, ou populacional – a China não tem condições de expandir a sua área cultivável, muito menos na proporção suficiente para assegurar a oferta de alimentos à sua população. Por conta disso, o comércio de produtos agrícolas se tornou um elemento crucial para a segurança alimentar chinesa. Todavia, essa dependência de países fornecedores deixa o país asiático vulnerável em suas relações políticas e refém da volatilidade do mercado. Assim, apesar de ser um dos maiores importadores de alimentos do mundo, a China também iniciou outros projetos

para garantir sua segurança alimentar, como as compras de terras e empresas no exterior (NAKATANI *et al.*, 2014).

Essa lógica obedece a um entendimento de que, ao invés de comprar o produto colhido, compra-se os direitos de utilização da terra e assim, torna-se possível plantar e colher aquilo que mais lhe for importante e suprir as demandas internas com maior grau de flexibilidade. Dessa forma, o anseio pela autonomia no abastecimento do setor alimentar lançou os olhares chineses para os países de todo o mundo, em especial, para aqueles ricos em bens naturais e que ofereçam algum tipo de benefício e/ou facilidade no investimento de capitais.

Porém, rastrear as origens das aquisições de terras em todo o mundo não é uma tarefa fácil, muitas vezes as transações são realizadas em nomes de terceiros ou em países estrangeiros. Como o caso da Cargill, que adquiriu 90 mil hectares de terras na Colômbia a partir da China e utilizando “empresas de fachada” para comprar mais terras do que o limite legal colombiano permitia (MURPHY, 2013). Mas seja como for, a China se tornou uma plataforma global de aquisição de terras, onde empresas do mundo inteiro – Cingapura, Índia, Estados Unidos, Suíça, etc. - efetuam transações comerciais para compra de terra estrangeiras (NAKATANI *et al.*, 2014). Para tanto, nesse trabalho, os exemplos apresentados serão limitados as operações realizadas por empresas chinesas e pelo próprio governo da China na compra de terras estrangeiras.

No que se refere a empresas privadas de capital chinês, a Shanghai Pengxin Group anunciou, em 2012, a aquisição de terras na Bolívia, na Nova Zelândia e no Brasil – tal compra envolveu, apenas no que se refere ao Brasil, 200.000 hectares para a plantação de soja e algodão. Enquanto que a empresa COMPLANT, via países terceiros, adquiriu terras na Jamaica, Madagascar, Serra Leoa e Benin (GRAIN, 2012).

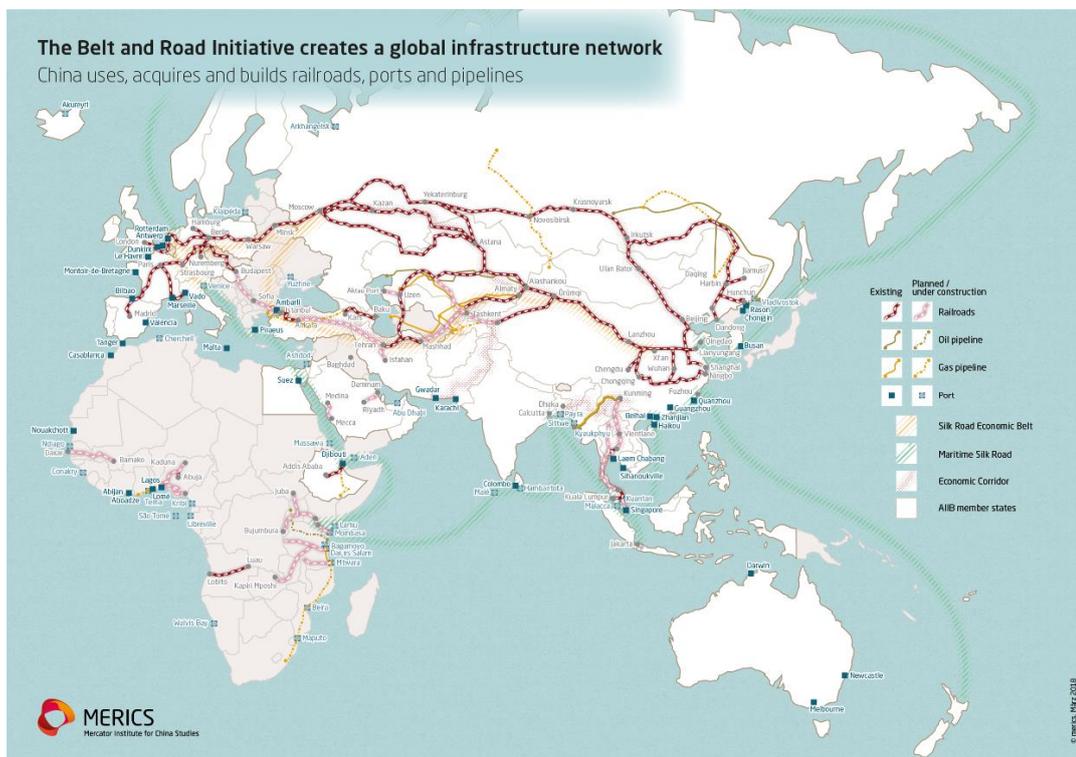
Em 2011, a empresa chinesa Hengfu Group Sugar Industry recebeu uma concessão de 70 anos no Camboja para exploração de 400.000 hectares destinados a plantação de cana-de-açúcar. Contudo, por conta dessa concessão, muitos agricultores locais ficaram sem espaço para o seu próprio cultivo, o que acabou gerando uma situação na qual agricultores cambojanos começaram a arrendar pedaços de terras da concessão dos chineses. Em outras palavras, moradores cambojanos alugaram dos chineses espaços de terra de seu próprio país (FARMLANDGRAB. ORG, 2020).

Partindo para outra modalidade de concentração, dessa vez sobre compra de empresas, no ano de 2017 ocorreu uma das maiores aquisições de mercado no agronegócio. Naquele ano, a chinesa, China National Chemical Corp (ChemChina), comprou por US\$ 42,8 bilhões a

empresa suíça de sementes e produtos químicos, Syngenta (ALMEIDA, 2019). Como já dito no capítulo anterior, essas mega fusões fazem com que poucas corporações controlem quase que por completo o mercado do agronegócio mundial. Para o caso da China, que atingiu um importante protagonismo no funcionamento da cadeia de abastecimento, tais ganhos reverberaram em melhores condições de segurança alimentar de seu povo, fato esse comprovado pela diminuição das taxas de insegurança alimentar e desnutrição da população chinesa.

Por sua vez, as estratégias do governo central da China partem de planos de controle de mercado implementados tanto por empresas estatais no exterior, como por políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de setores fundamentais da economia. Dentro do grande plano ‘China Goes Global’, estratégias de segurança alimentar são profundamente exploradas, seja de forma direta ou indireta – como pelo fomento à infraestrutura, bancos de desenvolvimento, parcerias, IED, etc. Um dos exemplos de expansão chinesa que envolve a seara do alimento é a ‘Nova Rota da Seda’, também chamada de ‘Belt and Road Initiative’.

Figura 17 - Mapa da nova rota da seda chinesa



Fonte: MERICS, 2018.

A ‘Nova Rota da Seda’, lançada em 2013, busca expandir a influência político-econômica chinesa desde o Leste Asiático até a Europa pelo cinturão terrestre e até o Pacífico, Oceania e América Latina pelo cinturão marítimo. Esse gigante “corredor” funcionará como

um conector entre as áreas produtoras e as consumidoras. A fim de exemplo, a empresa JD.com, uma das maiores empresas de comércio eletrônico sediada em Pequim, já anunciou que, com essa infraestrutura global integrada, será capaz de entregar frutas de qualquer lugar do mundo à porta dos consumidores chineses em 48 horas (GRAIN, 2019). Em questão de valores, algumas estimativas sobre os investimentos totais feitos pela China nesse empreendimento variam entre US\$ 1 a 3 trilhões (CHATZKY; MCBRIDE, 2020).

Há também o plano ‘Made in China 2025’ (MID 2025), anunciado pelas autoridades do país em 2015, cujo objetivo seria a promoção da economia industrial chinesa com base na inovação tecnológica. Nesse projeto foram identificados dez setores classificados como prioritários para receberem as atualizações e incentivos de desenvolvimento, foram estes: tecnologia da informação, automatização de maquinário, robótica, equipamentos aeroespaciais, aeronáuticos, marítimos e de transporte, produtos biofarmacêuticos, equipamentos de energia e de agricultura (FAO GLOBAL, 2018). Desse modo, é possível observar a preocupação vinda do governo central chinês em acompanhar as tendências internacionais e, inclusive, ultrapassá-las. Por conta disso, foram estruturadas uma série de planejamentos de longo prazo que permitissem a elevação da posição chinesa na economia global, ao passo que garantam uma autonomia energética e alimentar ao povo chinês.

Exibindo seu poderio econômico e sua vasta influência regional, o governo da China está ampliando suas possibilidades de desenvolvimento e de abastecimento alimentar. Ao incentivar projetos de inovação de setores industriais vitais e ao deter o controle da rota pela qual todos os produtos da região serão transportados, inclusive os alimentos, fica muito mais simples conectar as regiões produtoras das consumidoras. Junto a isso, soma-se os arrendamentos de terras, o domínio dos vários elos da cadeia agroindustrial, os incentivos fiscais e de créditos, etc. Ou seja, o planejamento chinês foi tão bem montado que envolve todas as áreas fundamentais da geopolítica alimentar.

Diante desse quadro, a atuação da China no sistema internacional se torna um excelente exemplo para entender como questões anteriormente classificadas como de esfera doméstica – produção de energia, abastecimento interno de alimento, desenvolvimento nacional –, hoje são assuntos que dizem respeito a toda comunidade internacional. Quando se adentra nas problemáticas alimentares, percebe-se mais explicitamente como os planos geoestratégicos dos atores reverberam nos territórios, nas políticas econômicas e no funcionamento de todos os outros Estados do globo, provando a sensibilidade do tema e a importância de seu estudo.

4.3 AMÉRICA

O continente americano está longe de ser homogêneo, ainda mais no setor alimentar. Como a produção de alimentos é um reflexo da estrutura social de cada nação, as diferenças encontradas entre os Estados que compõem a América são gritantes, tanto na questão de produção de alimentos, como no acesso a esses produtos.

Essa diferença fica clara quando se observa que os últimos estudos da FAO (2020d) demonstram uma tendência no aumento à exposição de insegurança alimentar em todas as regiões do mundo, exceto na América do Norte e Europa. Apenas na América Latina e Caribe, por exemplo, por volta de 205 milhões de pessoas foram contabilizadas como em situação de insegurança alimentar e 48 milhões em estado de subnutrição no ano de 2019. E, caso não haja mudança nessa situação, estima-se que até 2030 o número de indivíduos subnutridos chegue a 67 milhões, dos quais 36 milhões se concentrariam na América do Sul.

O Caribe, que é a sub-região com a mais alta prevalência de subnutridos, vem apresentando uma melhora moderada nos últimos anos, à medida que a América Central e do Sul têm exibido uma piora. Por conta desse cenário, a América Latina e Caribe se tornaram a região onde a insegurança alimentar cresce mais rapidamente em todo o mundo - de 22.9% em 2014 para 31.7% em 2019 -, em grande parte devido à América do Sul (FAO, 2020d).

Infelizmente, apesar da América Latina ser uma das regiões mais ricas em recursos naturais, é também onde se verifica um maior desequilíbrio ao acesso a essas riquezas. Segundo a GRAIN (2020a), apenas 1% dos proprietários rurais detém 51% das terras agrícolas da América Latina, sendo na América do Sul que se registram os maiores índices de concentração de terras do continente.

Nessa perspectiva, o presente subcapítulo anseia por apresentar dados e informações que permitam compreender o nexos entre desigualdades sociais/renda, insegurança alimentar e concentração de terras. Para isso, escolheu-se o Brasil como exemplo do continente, tanto por sua cobertura territorial – que equivale a 47% do território sul-americano -, como pelo papel de extrema importância que a agroindústria possui no âmbito interno (FAO, 2020a). Nesse caso, tenta-se mostrar como o agronegócio, entendido como uma política de Estado, serve para manter as desigualdades existentes dentro do país, ainda mais por não haver política pública capaz de reequilibrar as disparidades econômicas e sociais criadas por esse setor. Ao final, será brevemente abordado o assunto de arrendamento de terras brasileiras por companhias estrangeiras que visam a produção de alimento.

4.3.1 Brasil

A República Federativa do Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, o sexto mais populoso – com mais de 200 milhões de habitantes – e é a nona maior economia do mundo –, tendo atingido um PIB de US\$ 1.8 trilhões de dólares em 2018 – (BRASIL, 2020b). Da composição do PIB por setor de origem, o agronegócio brasileiro respondeu, em 2018, por 20,8% do total (CEPEA, 2020) e das exportações de 2019, quase metade (43%) foram de produtos derivados desse setor (CNA, 2020).

A definição de agronegócio, formulada por Davis e Goldberg (1957), apresenta a premissa central de que o campo está passando por uma “revolução tecnológica”, explorando o setor agrícola diante a produção, o transporte, o processamento e a distribuição de alimentos. Ou seja, o agronegócio, tendo caráter essencialmente comercial, seria um compilado de operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas atuando nos vários elos da cadeia produtiva. A partir dessa perspectiva sistêmica, quando se fala em agronegócio, para além das atividades agrícolas funcionando dentro do sistema econômico global, também se deve lembrar dos seus atores, como: os proprietários de terra e as indústrias, os empresários, os grupos de lobby, as instituições de pesquisa e inclusive o governo - que teria a função de apoiar política e economicamente o setor.

No caso brasileiro, desde o período colonial até os dias atuais, a política agrícola é focada à exportação de commodities, baseada numa perspectiva de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’. Nessa visão, a produção agrícola cresceu, produzindo cada vez mais excedentes e conquistando novos mercados pelo mundo. Mas, nessa trajetória de se tornar um dos pilares da economia brasileira, o agronegócio contou com grande suporte dos líderes de governo para a promoção comercial do setor. Esse arranjo do agronegócio brasileiro possui como característica a concentração de poder entre os membros de um seletivo grupo - através do monopólio da terra agrícola e a descentralização da produção -, o qual, por meio de “parcerias” busca justificar a criação hierarquizada de ‘cadeias produtivas’ (MENDONÇA, 2015).

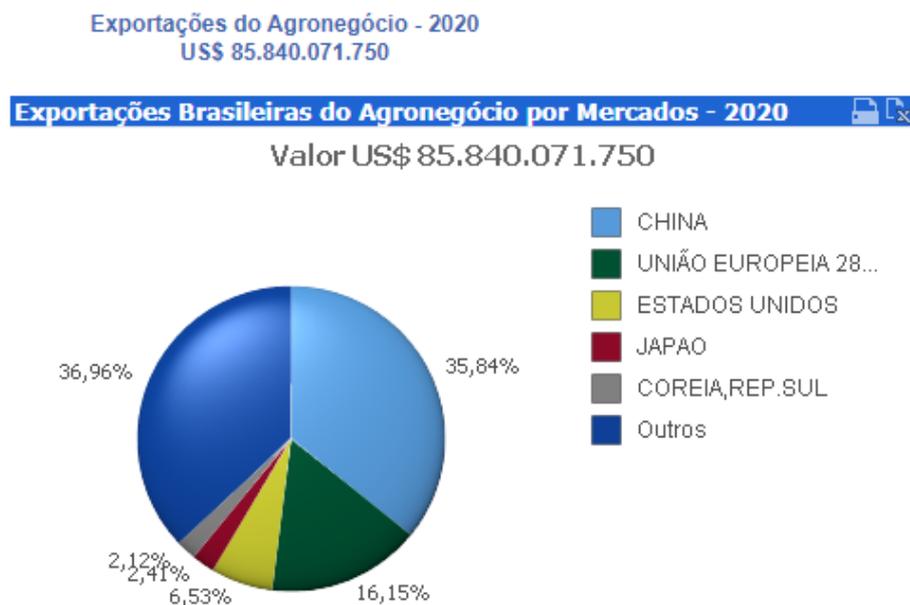
Tendo essas condições em mente, recorda-se quando, na década de 1990, o governo brasileiro implementou um programa agrário chamado de “Novo Mundo Rural”, o qual promovia uma política fundiária de privatização do mercado de terras, ao invés de um programa de reforma agrária. Além disso, todo o discurso da ‘vocação brasileira’ para a produção de alimentos foi incentivado pelo Estado como uma forma de defesa do modelo econômico agroexportador, permitindo com que as elites da oligarquia latifundiária se mantivessem no

controle das terras e, conseqüentemente, sob os estoques de alimentos que, por sua vez, implicaria no controle sob as políticas comerciais e claro, sob a condição de renda da população, além de agravar a ‘metropolização da pobreza’ (MENDONÇA, 2015).

Feita essa introdução, segue-se para a exposição do cenário do agronegócio brasileiro atual. Primeiramente, além do governo, o agronegócio no Brasil vem sendo impulsionado por amplos setores da sociedade – e fortemente pela mídia – por sua importância direta na economia e na expansão da imagem do Brasil no exterior como produtor agrícola de referência e parceiro comercial confiável. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos de agropecuária, apresentando um desempenho superavitário em torno de US\$ 96,9 bilhões de dólares (CNA, 2020).

Pela figura abaixo, retirada do site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o destino das exportações do agronegócio brasileiro vai majoritariamente para a China, seguido pela União Europeia e Estados Unidos. Em questão de valores, apenas as exportações destinadas à China correspondem a US\$ 30.765.081.715, - esses números, compilados pelo indicador da AGROSTAT, correspondem aos dados disponíveis até outubro de 2020 (BRASIL, 2020d).

Figura 18 – Exportações do agronegócio por mercado de países (2020)



Fonte: BRASIL, 2020d

Sobre os faturamentos do agronegócio brasileiro, a imagem abaixo, retirada do site da CNA (2020), mostra que nos anos de 2019 e 2020 os produtos que mais renderam foram e são: a soja (R\$ 175 bilhões), a carne bovina (R\$ 139 bilhões) e o milho (R\$ 90 bilhões). Sendo que, no ano de 2019, apenas a exportação da soja representou 12% do total de produtos exportados naquele ano, o que corresponde a US\$ 26 bilhões de dólares (COMEXSTAT, 2020).

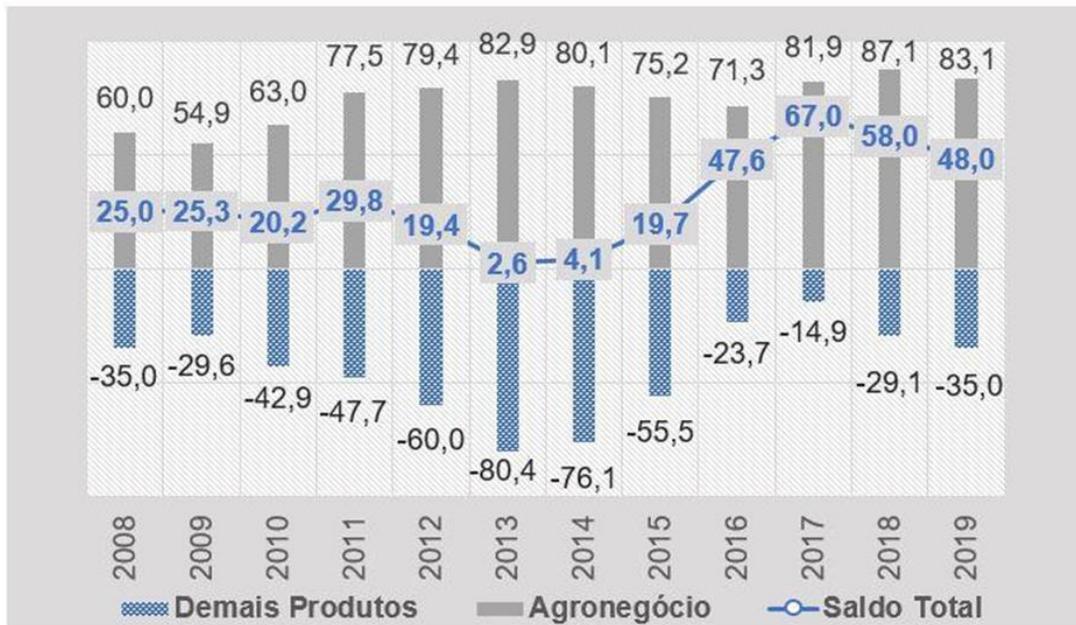
Figura 19 – Ranking dos faturamentos do agronegócio brasileiro por produto exportado (2019-2020)



Fonte: CNA, 2020

A figura abaixo, também retirada do site da CNA (2020), apresenta a situação da balança comercial brasileira entre 2008 e 2019. Nela, pode-se perceber como houve um aumento da participação do agronegócio na balança comercial, saindo de US\$ 60 bilhões em 2008 e chegando a US\$ 83 bilhões em 2019.

Figura 20 – Participação do agronegócio na balança comercial brasileira (2008-2019)



Fonte: AgroStat/MAPA. Elaboração CNA.

Fonte: CNA, 2020

Todavia, apesar desse crescimento nos rendimentos do agronegócio no Brasil, dados da Embrapa demonstram que são utilizadas apenas 7,6% das terras do país com lavouras agrícolas – cerca de 63.994.479 hectares (BRASIL, 2017a). Mas, no intuito de aumentar a produtividade do agronegócio, projetos de expansão da terra no país têm sido elaborados. Há uma projeção para 2027/28 que espera se aproximar do marco de 70.699.000 hectares de terra cultivada, uma variação de quase 12% dos números atuais. Estima-se que nesse acréscimo de área a maior parte seja destinada à produção de soja, cana-de-açúcar e milho (BRASIL, 2018; DUARTE, 2019).

A questão que se faz aqui vai além do questionamento da real necessidade de expansão do território agrícola, mas busca o porquê dessa expansão de terras ser feita em nome do agronegócio exportador e não por causas sociais de redistribuição de terras para aqueles que mais precisam delas. Nessa lógica, as ideias difundidas pelo brasileiro Josué de Castro se mostram valiosas quando afirmava que a fome é consolidada por estruturas econômicas, políticas, históricas e sociais. Pois, oriundos de um passado de exploração e segregação social, não só foi mantido, como também aprofundado, as desigualdades sociais no país e transformou-se esse setor da sociedade em massa produtiva para um sistema mercadológico centralizador que busca a valorização de capitais financeiros e industriais.

Sendo assim, quando falamos em agronegócio, em especial o do Brasil, devemos sempre associa-lo ao fortalecimento do mercado de capital financeiro, dada a forma pela qual a estrutura financeirizada da agricultura foi constituída. Mas também, deve-se relaciona-lo a um conjunto de medidas advindas do governo e de instituições privadas que os financiam por meio de subsídios e créditos para cobrir os custos dos elementos de produção. Sabe-se hoje, que a política em prol do setor agroindustrial resultou, para além de um crescimento econômico, na concentração das terras e no monopólio de empresas produtoras de insumos para o setor.

Entende-se a relevância que o sistema agroindustrial financeirizado possui na estrutura do país, entretanto, no contexto atual, novos debates surgem sobre a formação desses conglomerados e a forma pela qual estão sendo mantidos, especialmente pelo poder público. Apesar das mazelas provocadas por tais políticas promocionais, o governo brasileiro criou uma série de programas de auxílio ao pequeno produtor, ao combate à pobreza e à fome, mesmo que estejam longe de serem suficientes para equilibrar as disparidades criadas na sociedade. Alguns desses programas e políticas são: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Fome Zero; Bolsa Família; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Fomento Rural (BRASIL, 2020a).

Contudo, para além dessa centralização de terras nas mãos de poucos agroindustriais brasileiros, deve-se levar em consideração as novas relações estabelecidas com os mercados internacionais. Em vista disso, intenta-se apresentar a questão da aquisição e arrendamento de terras por grupos e governos estrangeiros. Esse movimento ocorre em todas as regiões do mundo, mas, principalmente, em África e América Latina. Nesse trabalho será tratado apenas da compra de terras por estrangeiros em território brasileiro.

Primeiramente, o conceito de arrendamento deve ser explicado e, para isto, far-se-á uso da legislação brasileira. Como definido no art. 3º do Decreto n. 59.566/66¹⁴, o arrendamento rural se assemelha a um aluguel, no qual uma parte cede o uso de determinado bem à outra, sob determinadas condições.

Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial,

¹⁴ Link de acesso ao Decreto n. 59.566/66: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm. Acesso em: 15/11/2020.

extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel , observados os limites percentuais da Lei (BRASIL, 1966).

Porém, de acordo com os dispositivos legais, a pessoa que cede o imóvel rural não precisa ser necessariamente seu proprietário. E, como a propriedade da terra possui uma função social, o destino dessa terra deverá ter como finalidade o desenvolvimento de uma atividade agrária, ou outra forma de exploração, que seja eficiente e que atenda as premissas de bem-estar social (BRASIL, 1966).

Na Lei n. 4.504/64¹⁵, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, são regulados os direitos e obrigações sob os bens rurais. Em seu art. 3º é reconhecido o direito às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade de terra (BRASIL, 1964). Todavia, com exceção do disposto na Lei n. 5.709/71¹⁶, a qual regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro, quando o arrendamento de terras ultrapassar uma área de 20 Módulos de Exploração Indefinida (MEI)¹⁷ passa a ser de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a autorização para tal aquisição. Do mesmo modo, caso a terra esteja em faixa de fronteira -onde se considera área de segurança nacional - é necessário o assentimento do Conselho de Defesa Nacional (CND) (BRASIL, 1971, 2020c).

Percebe-se assim que a preocupação política sobre arrendamentos e aquisições de terras no Brasil não é algo recente em nossa história. É por meio das legislações que se busca regular esse movimento, entretanto, na grande maioria das vezes, a compra de terras brasileiras por estrangeiros é feita de forma ilícita, o que acaba prejudicando a contabilização da quantidade de terras que estão nas mãos de estrangeiros. Na década de 1960, por exemplo, mais de 28 milhões de hectares de terras brasileiras foram adquiridos por grupos estrangeiros, na sua maioria na Amazônia, e as quais não foram adquiridas/registradas de acordo com o que manda o ordenamento jurídico legal (OLIVEIRA, 2010).

Em contraposição à corrente política que acredita na preservação do espaço soberano nacional sob controle do Estado, há aqueles que anseiam pela facilitação da estrangeirização de terras. Um dos exemplos que podemos citar é o ex-presidente Michel Temer, o qual se declarava favorável a liberalização da compra de terras por estrangeiros. E mais recentemente, o PL

¹⁵ Link de acesso a Lei n. 4.504/64: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 15/11/2020.

¹⁶ Link de acesso a Lei n. 5.709/71: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15709.htm. Acesso em: 15/11/2020.

¹⁷ O MEI é uma unidade de medida, expressa em hectares, para imóvel com exploração não definida. A dimensão varia entre 5 e 100 hectares, de acordo com a Zona Típica de Módulo (ZTM) do município onde se localiza o imóvel rural.

2.963/19¹⁸, com intenções de facilitar a aquisição estrangeira de terras brasileiras. Portanto, essa ‘corrida mundial por terras’, como bem posto por Luíz Castro e Sérgio Sauer (2017), levanta a indagação de quem são os grupos aos quais essa abertura de aquisição de terras, de fato, representa uma oportunidade.

Diversas multi e transnacionais, assim como corporações e governos, vêm comprando as terras brasileiras visando a exploração agrícola, como é o caso das empresas estatais chinesas que têm como foco a exportação de soja e, para isso, também acabam investindo em projetos de infraestrutura que os beneficiarão (MOREIRA; BONOLO; TARGINO, 2013).

Fazendo uso da pesquisa realizada por Emília Moreira, Flávia Bonolo e Ivan Targino (2013), que buscaram identificar algumas das empresas estrangeiras que adquiram terras no Brasil, inclusive com algumas delas já estando presente em território nacional há mais de décadas, registrou-se o total de treze grandes empresas. Algumas delas são do ramo agrícola e alimentício, enquanto outras atuam nos setores de bioenergia, etanol e celulose. De toda forma, todas estão envolvidas em arrendamento de terras brasileiras para exploração de bens naturais, sejam eles destinados a alimentação e/ou energia.

A primeira empresa identificada foi a Louis Dreyfus Commodities, multinacional de capital francês que está presente no país a quase 80 anos, adquirindo terras e usinas em diversos municípios em pelo menos 5 estados da união. Em seguida, a Cargill, presente no Brasil desde 1965 adquirindo terras em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Pará. Identificou-se também a NAI Commercial Properties, que possui 16 fazendas no país, totalizando quase 100.000 hectares. As empresas multinacionais chinesas, Zhejiang Fu Di e Bahia Specialty Celulose, e as estatais, Chongqing Grains, e Sanhe Hopefull. A multinacional belga: Alcotra BioEnergy, a sueco-finlandesa: Stora Enso, a japonesa: Cenibra, a canadense: MWV Rigesa, a estadunidense: International Paper, e, a parceria firmada entre a Stora Enso e a brasileira Fibria, que resultou na Veracel (MOREIRA; BONOLO; TARGINO, 2013).

Em adição, informações retiradas do site da GRAIN (2020b) mostram, curiosamente, o investimento em fundos de terras brasileiras pela universidade estadunidense de Harvard. Esse

¹⁸ Em 2019 foi apresentado, pelo senador Irajá (PSD/TO), o PL 2.963/19, que busca alterar a legislação brasileira para facilitar a aquisição de terras e imóveis rurais por estrangeiros no Brasil. O projeto visa o ingresso de agroindústrias transnacionais no Brasil e a revogação integral da Lei 5.709/71. Estima-se que com a aprovação do PL cerca de R\$50 bilhões seja investido no setor agroindustrial brasileiro. Link de acesso ao PL 2.963/19: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136853>. Acesso em: 16/11/2020.

fato se justifica pelo cenário mundial pós-crise de 2008, quando, em decorrência do colapso financeiro, diversas empresas e investidores se engajaram em uma ‘corrida mundial por terras’. Ao passo em que esse novo mercado de terras e de bens naturais foi se tornando lucrativo, mais *players* buscaram adquirir as ‘carteiras globais de terras’. No caso da Universidade de Harvard, constata-se o investimento de mais de US\$ 1 bilhão em terras agrícolas no Brasil (cerca de 405 mil hectares), Estados Unidos, leste europeu, África do Sul, Nova Zelândia e Austrália.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017¹⁹, realizado pelo IBGE a partir de dados oficiais, a modalidade “terras arrendadas” no Brasil registrou um aumento de participação, saltando de 4,5% em 2006 para 8,6% em 2017. Em valor de área total, essa porcentagem de terras arrendadas em 2017 equivale a 30.171.451 hectares. Ou seja, houve um aumento de 15.043.953 de hectares na contagem de arrendamentos entre 2006 e 2017 (BRASIL, 2017b).

Entendemos que esse processo garante a dominação formal e real do capital estrangeiro sobre a terra. A dominação formal, na medida em que ele, malgrado os limites da legislação, passa a deter não só o controle como o mando sobre a terra. A dominação real, na medida em que ele implanta sobre as terras por ele apropriadas, métodos e técnicas próprios, estabelece alterações nas relações de trabalho, quer pela exigência da intensificação do ritmo de trabalho e da produção quer pela redução da mão de obra empregada e da exigência de uma qualificação seletiva, ou ainda pela determinação do que produzir. As consequências no mais das vezes se fazem sentir através da ampliação do desemprego, da intensificação dos processos de degradação do meio ambiente e de crises na produção de alimentos afetando a segurança alimentar (MOREIRA; BONOLO; TARGINO, 2013).

A figura abaixo foi retirada do site The Land Matrix (2020), que é uma iniciativa independente que reúne informações acerca dos negócios envolvendo o uso de terras em quase 100 países. A partir de seu banco de dados, gerou-se informações de negócios pretendidos, iniciados e concluídos na aquisição de terras no Brasil. De acordo com o monitoramento de 2020 do The Land Matrix, 162 negócios de investimento em terras brasileiras foram concluídos, os quais, até o momento, representam 7,7% de todas as 9,7% terras aráveis do país.

¹⁹ Link para o Censo Agropecuário de 2017: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16/11/2020.

Figura 21 – Investimentos em terras brasileiras (2020)



Fonte: THE LAND MATRIX, 2020

Sendo assim, tendo em vista os resultados apresentados, consegue-se perceber, mesmo que em linhas gerais, a expressiva participação de empresas estrangeiras na ocupação direta das terras brasileiras. Todo esse movimento de ‘estrangeirização’ vem ocorrendo há décadas e parece estar andando a passos largos para a ampliação do controle das produções agrícolas. O arrendamento dessas terras se dá tanto por empresas que estão interessadas em cultivar bens agrícolas visando a exportação, como também, por investidores que estão puramente em busca novas formas de negócios. De toda forma, as terras, que antes eram de domínio do povo brasileiro, estão indo parar sob o controle de estrangeiros e o grande impacto que tal movimento acarreta é a diminuição da produção alimentar para o mercado interno, refletindo no aumento das taxas de insegurança alimentar.

Mais uma vez, enfatiza-se a compreensão acerca dos ganhos econômicos gerados pelo setor agroindustrial e seus investimentos para a economia do país, todavia, quando se trabalha com aquisições de terras há de se considerar as questões históricas, jurídicas, sociais e culturais do território em questão e de seu povo. Além do que, com o arrendamento estrangeiro, o próprio desenvolvimento nacional é prejudicado, uma vez que as riquezas brasileiras estão sendo exploradas e esgotadas por estrangeiros. Todo esse cenário, revive e intensifica o debate sobre as formas de neocolonialismo e de desnacionalização do território agrário, visto que se entende o arrendamento como uma estratégia de globalização do capital.

5 CONCLUSÃO

Esse estudo buscou analisar a importância da segurança alimentar para a promoção da segurança e estabilidade do sistema internacional. A escolha desse tema se deu pelo entendimento de que todas as populações do mundo são sensíveis e vulneráveis às questões alimentares. Por sua vez, os Estados nacionais, ao representarem sua nação no plano internacional, também ficam expostos à essa problemática. Portanto, apresenta-se o vínculo entre uma necessidade básica do ser humano com as estratégias geopolíticas dos atores do cenário internacional.

No momento presente, as relações internacionais envolvem a dinâmica político-econômica de todos os atores do sistema, sejam eles territoriais ou não. Assim, fazendo uso da teoria da ‘interdependência complexa’ para a análise do setor alimentar, observou-se que a forma com que os alimentos são produzidos e comercializados não obedecem mais a uma lógica tradicional e direta de produção e consumo. As interações e negociações atuais seguem uma complexa rede financeira e industrial, que envolve os países e as empresas em uma rede mercadológica global.

Ao identificar a forma pela qual a geopolítica do alimento está estruturada, constatou-se como os grandes *players* do setor se articulam no domínio do mercado - indo da produção, ao acesso e hábitos de consumo -, mas também, como esse controle dos elos da cadeia de abastecimento alimentar acontece tanto por meios privados como por estatais. Todavia, sabe-se que, mesmo não havendo um contrapeso organizado por parte dos Estados soberanos à concentração de mercado, a terra sempre será uma questão de segurança para qualquer governo, ainda mais pelo fato de serem os únicos atores territoriais do sistema internacional.

Portanto, ao ser considerado um assunto de segurança nacional, a exploração de terras para a produção agrícola merece atenção de todos os níveis da sociedade, ainda mais a dos países periféricos, visto seu papel no mercado internacional de vendedores de commodities.

A divisão do mundo baseada nas economias dos países faz com que seja possível observar onde estão agrupados aqueles que ocupam as etapas mais elevadas das CGVs, assim como, aqueles de mais baixa colocação. Tais discrepâncias econômicas implicam na forma em que são produzidos e distribuídos os alimentos, conseqüentemente, a localização dos espaços de insegurança alimentar no mundo converge para os países menos especializados da cadeia.

Pelas lacunas existentes entre os países serem basicamente oriundas de diferenças tecnológicas, identifica-se uma urgente necessidade de harmonizar as inovações na produção

agrícola com o meio social. Até porque, essas injustas disparidades tecnológicas continuam mantendo os países centrais na liderança do ‘ranking alimentar’ - registrando baixos níveis de insegurança alimentar e altas taxas de emprego de tecnologia no campo – e deixando os países periféricos sofrendo com elevadas taxas de subnutrição e insegurança alimentar, apesar de disporem das maiores extensões de terras agricultáveis.

Essa fragilidade estrutural dos países periféricos implica em uma percepção de mercado onde - por serem regiões ricas em bens naturais, mas pobres em infraestrutura e poder - *players* estrangeiros mais poderosos possam lucrar e tirar vantagem da situação. Alguma das formas na qual isso acontece são pelos arrendamentos de terras e privatizações de setores estratégicos. Como resultado, para além de intensificar a pobreza e a desigualdade nas regiões em que atuam, esses atores promovem a concentração e centralização do capital, que por sua vez, estrutura o monopólio do setor de alimentos.

Portanto, as diferenças sociais encontradas entre e intra Estados, assim como a fome, nunca acabarão enquanto essa lógica de ganhos para poucos e miséria para muitos continuar. Se não houver uma mudança estrutural no comportamento individual e coletivo, a insegurança alimentar continuará afetando milhões de indivíduos em todo o mundo. A conscientização sobre o consumo e a forma como se dá a produção da comida será a chave para provocar uma mudança significativa no ordenamento vigente.

É fato que, por ser uma das necessidades mais importantes dos seres humanos, o alimento sempre será um assunto sensível, ainda mais em cenários de instabilidade. Recessões econômicas, guerras, instabilidades políticas e doenças são alguns dos exemplos que impactam diretamente na produção, no acesso e no consumo de produtos alimentares. Porém, para além dos eventos espontâneos que causam a falta de alimentos, também se deve atentar para o uso premeditado como estratégia de guerra ou qualquer outro plano geopolítico.

Já na área da saúde tem-se um exemplo extremamente recente, o COVID-19. Com o advento da pandemia inúmeras pessoas acabaram tendo dificuldades financeiras, chegando ao ponto de diversos governos terem que intervir para tentar proteger os mais vulneráveis. Toda a cadeia de abastecimento alimentar, incluindo os setores de produção e de demanda, foram expostos aos choques ocasionados pela doença, tanto de forma direta ou indireta. Mas, em suma, a estrutura alimentar foi fortemente afetada por conta da desaceleração da economia mundial.

O relatório da FAO (2020d) já trouxe algumas projeções esperadas para a fome no mundo em 2030 por conta do COVID-19. De acordo com os cenários estudados, estima-se que

os países que mais sofrerão com as graves consequências alimentares serão os de baixa e média renda, dado que não possuem mecanismos ou fundos que consigam proteger e estimular suas economias, ocasionando ‘novos bolsões de insegurança alimentar’. Portanto, para 2030, calculou-se três possíveis cenários: no primeiro cenário, o número de pessoas subnutridas atingiria 909 milhões; para o segundo cenário, 879 milhões; e, para o terceiro cenário, 860 milhões de pessoas. Sendo que, as estimativas pré-COVID esperavam 841 milhões de pessoas. Enquanto isso, para este ano de 2020 estão sendo esperados um acréscimo de 83 milhões de pessoas subnutridas, fazendo os números atuais saltarem de 695 milhões para 778 milhões de indivíduos em situação de subnutrição (FAO, 2020d).

Essa projeção aparenta estar se concretizando quando, pelo viés econômico, compreende-se o quão difícil está se tornando o acesso aos alimentos. De acordo com o Food Price Monitoring and Analysis²⁰, o Brasil e o Haiti já constam no sistema como os dois países da América que atingiram o nível alto na elevação dos preços dos alimentos básicos, enquanto que a Argentina aparece em nível moderado. Ademais, quatro países no continente africano e um país da Ásia também apresentam o nível alto (FAO, 2020b).

Sendo assim, pode-se notar como os mais diversos fatores são capazes de afetar a segurança alimentar de milhares de pessoas em todas as partes do mundo, mas, especialmente, daqueles que vivem em países periféricos. É por isso, e por tantos outros motivos, que um trabalho como este se prova tão relevante, pois, ao trazer à discussão questões de fome e de insegurança alimentar, consegue-se esclarecer a situação em que toda a comunidade global se encontra por causa da dependência do alimento. Além do que, tomando consciência da constituição da indústria alimentícia e seus monopólios, mesmo que de forma geral, avalia-se com mais clareza o ambiente no qual todos estão inseridos.

Portanto, pode-se dizer que, parte do resultado obtido com essa pesquisa foi um melhor traçado unindo a indústria alimentícia à segurança alimentar internacional. Por certo, existem várias considerações a se fazer sobre os desafios de se prover uma segurança alimentar, mas, mesmo sendo um tema desafiador, a necessidade de estudar a forma pela qual o sistema está estruturado e sendo mantido refletirá na possibilidade de uma remodelação do modelo atual de mercado. Reafirma-se que a crítica feita à forma pela qual o sistema está estruturado não se reflete em uma crítica ao aumento da segurança alimentar, pois se reconhece o ganho obtido nessa seara graças as tecnologias existentes e a expansão dos mercados. Entretanto, só existirá

²⁰ Disponível em: <http://www.fao.org/giews/food-prices/home/en/>. Acesso em: 03/11/2020.

um projeto de segurança alimentar eficaz a partir da formulação de um planejamento de soberania alimentar com políticas que garantam uma produção e um acesso mais igualitários para todos os membros da sociedade.

Por demais, para além de uma resposta, a questão norteadora do presente trabalho possibilitou a formação de uma consciência crítica acerca dos atores da geopolítica alimentar. Descobrir de que maneira a segurança alimentar contribui para a promoção da segurança e da estabilidade do sistema internacional é ir mais longe, é não se restringir ao estudo de guerras e caos, mas, fundamentalmente, defender vidas.

Quando se entende que a alimentação é um dos pilares da existência humana e que esse pilar está sendo controlado por um minúsculo núcleo corporativo, toma-se ciência de que a qualquer momento, vítimas de quaisquer circunstâncias inesperadas ou premeditadas, a comunidade global se deparará com uma situação na qual a cooperação será obrigatória. Caso algum dos atores não aceitar jogar o jogo de ganha-ganha, todos sairão perdendo.

Por fim, com o intento de proporcionar algumas possíveis soluções à desigual geopolítica da fome no mundo, foram pensadas em algumas iniciativas de promoção de ajustes setoriais, seriam estas: o alinhamento de políticas agrícolas com a inclusão social e a redução da pobreza; adequação do marco jurídico de forma a atender as necessidades dos diferentes setores sociais, levando em consideração a segurança alimentar; reforma agrária; investimentos maciços em infraestrutura; regulação estratégica de mercado; políticas de fortalecimento dos pequenos empreendimentos e agricultores familiares; e, conscientização popular sobre a geopolítica do alimento.

Apesar disso, tem-se claro que o presente trabalho não conseguiu esgotar todas as possibilidades de assuntos a serem abordados sobre geopolítica do alimento e/ou segurança alimentar. Em vista disso, abre-se o convite à comunidade acadêmica para um aprofundamento dessa temática de estudos e de seus campos relacionados. Alguns assuntos passíveis de maior aprofundamento dentro desse tema guarda-chuva seriam: a indústria bioenergética, o uso de sementes transgênicas, a perda da soberania alimentar na era digital, o agroimperialismo, os impactos da globalização nos hábitos alimentares, e tantas outras oportunidades de temáticas.

Vale deixar claro que estudar questões alimentares não significa provocar efeitos práticos imediatos, mas sim, plantar a semente da consciência para que um dia seja feita a mudança em busca de um mundo mais igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. T. B. **A DINÂMICA ECO-GEOPOLÍTICA DA FOME E AS RELAÇÕES DE PODER NA GOVERNANÇA GLOBAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR**: a soberania alimentar como resistência. 2019. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Belém, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39367/1/2019_M%C3%A1rioTitoBarrosAlmeida.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.
- ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21. 2007. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.
- ANNOUNCEMENT of the 2020 Nobel Peace Prize. Berit Reiss-Andersen: Nobel Prize, 2020. (21 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FpP4iUzNyVc&feature=emb_logo. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ATLAS DO AGRONEGÓCIO. Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos 2018. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll (org.), 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.
- BAZIN, F. A sustentabilidade da agricultura nos países desenvolvidos: algumas reflexões a partir do caso francês. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, v. 13, n.3, p. 303-345, set./dec. 1996. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9006>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BBC BRASIL. **Etiópia e Eritreia retomam mais uma guerra na África**. 2000. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/omundohoje/omh00051201.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BRASIL, Ministério da Cidadania. **Acesso à informação**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020a. Disponível em: <http://cidadania.gov.br/acesso-a-informacao>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil**. 2017a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. 2017b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE países**. 2020b. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/mapa/ranking>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Aquisição de terras por estrangeiros**. 2020c. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/aquisicao-terras-estrangeiros.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. 1964. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971**. 1971. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5709.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 59.566, de 14 de novembro de 1966**. 1966. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Brasília, DF: **Projeções do agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28** projeções de longo prazo. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/banner_site-03-03-1.png/view. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Indicadores gerais agrostat**. 2020d. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CARVALHO, L. A. (org.). **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2011.

CASTO, J. E. **Água e democracia na América Latina**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. *E-book*.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 330. Disponível em: http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=3002. Acesso em: 16 nov. 2020.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 23 out. 2020.

CHATZKY, A; MCBRIDE, J. Council on Foreign Relations. **Massive Belt and Road Initiative da China**. 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/chinas-massive-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 19 nov. 2020.

COMEXSTAT. **ComexVis**. 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 23 out. 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Panorama do agro**. 2020. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 23 out. 2020.

CORREIA, P. P. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e defesa**, n. 131, p. 229-246, 2012. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD131.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COSTA, T. A.; BARBOSA, E. A economia internacional como promotora do desenvolvimento humano a partir da releitura de Amartya Sen sobre a teoria de Adam Smith. **Conjectura filosofia e educação**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 402-418, 31 ago. 2018. Universidade Caixias do Sul. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/5376>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

DAVIS, J.; GOLDBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston, 1957. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.32106006105123&view=1up&seq=14>. Acesso em: 23 out. 2020.

DIKÖTTER, F. **A Grande Fome de Mao**: a história da maior catástrofe de sempre na china, 1958-1962. Portugal: Dom Quixote, 2010.

DUARTE, G. R. B. Aegro. **Agronegócio no Brasil**: como está nosso setor e o que você pode esperar. 2019. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). **The world factbook**. 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAO GLOBAL. **China's "Made in China 2025" policy and impacts on the business environment**. 2018. Disponível em: <https://www.faoglobal.com/chinas-made-in-china-2025-policy-and-impacts-on-the-business-environment/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FAOSTAT. **Crops**. 2020a. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC/visualize>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FAOSTAT. **Eritrea**. 2020b. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/178>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAOSTAT. **Ethiopia**. 2020c. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/238>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAOSTAT. **Land use**. 2020d. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RL/visualize>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FAOSTAT. **Major commodities exporters**. 2020e. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/major_commodities_exports. Acesso em: 08 jul. 2020.

FARMLANDGRAB.ORG. **Empresa chinesa de açúcar aluga partes da concessão de terras do Camboja a agricultores**. 2020. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/29652>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAO: se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 o mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAO no Brasil: Brasil em resumo**. 2020a. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Food price monitoring and analyses. Domestic price warnings**. 2020b. Disponível em: <http://www.fao.org/giews/food-prices/home/en/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Food Outlook**. Global market analysis. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ai474e/ai474e00.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Sustainable development goals**. 2020c. Disponível em: www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/2.1.1/en/. Acesso em: 15 jul. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food and agriculture 1989**. Roma, FAO. 1989. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-t0162e.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food security and nutrition in the world 2019: Safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Roma, FAO. 2019a. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food security and nutrition in the world 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma, FAO. 2020d. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Trabalhando juntos pela mecanização sustentável da agricultura na África**. 2019b. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1179610/>. Acesso em: 23 out. 2020.

GALEANO, E. **Veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GALVIS, C. M. J. **La nueva geopolítica alimentaria**. 2014. Disponível em: https://www.elmundo.com/portal/opinion/columnistas/la_nueva_geopolitica_alimentaria.php#%20.XpJEIshKjIV. Acesso em: 11 abr. 2020.

GAZZONI, D. L. Como alimentar 10 bilhões de cidadãos na década de 2050?. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 33-38, Oct. 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000400012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 abr. 2020.

GEBRE, S. Bloomberg. **Ethiopia uses drones in bid to help improve food security**. 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-10-15/ethiopia-uses-drones-in-bid-to-move-from-famine-to-food-security>. Acesso em: 23 out. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAIN. **Cercas digitais: o cerco financeiro das fazendas na América do Sul**. 2020a. Disponível em: <https://www.grain.org/en/article/6529-digital-fences-the-financial-enclosure-of-farmlands-in-south-america>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GRAIN. **GRAIN lança conjunto de dados com mais de 400 grilagens globais de terras**. 2012. Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GRAIN. **Grilagem de terras de Harvard no Brasil é desastre para comunidades e alerta para especuladores**. 2020b. Disponível em: <https://www.grain.org/en/article/6458-grilagem-de-terras-de-harvard-no-brasil-e-desastre-para-comunidades-e-alerta-para-especuladores>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GRAIN. **The Belt and Road Initiative: agronegócio chinês se tornando global**. 2019. Disponível em: <https://www.grain.org/en/article/6133-the-belt-and-road-initiative-chinese-agribusiness-going-global>. Acesso em: 19 nov. 2020.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ILOS. **Posts**. 2020. Disponível em: <https://www.ilos.com.br/web/tag/matriz-de-transportes/>. Acesso em: 23 out. 2020.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE (IFPRI). **Eritrea**. 2020. Disponível em: <https://www.asti.cgiar.org/eritrea>. Acesso em: 23 out. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Crescimento real do PIB: mudança percentual anual**. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KAMATA, F. BBC News Brasil. **Sem terras nem mão de obra, Japão revoluciona agricultura com robôs, polímeros e drones**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639667>. Acesso em: 23 out. 2020.

KEOHANE, R. O.; NYE JR., J.S. **Power and interdependence**. 4. ed. Boston: Pearson Education, 2011.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 962 p.

KRINNINGER, T. Deutsche Welle. **Quais empresas controlam o que comemos?** 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quais-empresas-controlam-o-que-comemos/a-37126983#:~:text=Segundo%20o%20Konzernatlas%202017%2C%20quatro,parcela%20de%20mercado%20de%2070%25>. Acesso em: 23 out. 2020.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p.37-45, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004. Acesso em: 16 abr. 2020.

MANTILLA, M. R. Y. Encadenamiento agroalimentario: ¿solución sustentable de desarrollo rural o consolidación del poder agroindustrial?, **Eutopía**, n. 2, p. 115-134, out. 2011. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1032/952>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MENDONCA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000200375&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 nov. 2020.

MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES (MERICS). **Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand**. 2018. Disponível em: <https://merics.org/en/analysis/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MOONEY, P. **La insostenible agricultura 4.0**: digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria. Grupo ETC, 2019. 52 p. Disponível em: <https://www.rosalux.org.mx/insostenible-agricultura>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MOREIRA, E.; BONOLO, F.; TARGINO, I. **Estrangeirização das terras**: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/24524905/ESTRANGEIRIZACAO_DAS_TERRAS. Acesso em: 16 nov. 2020.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

MURPHY, P. Farmlandgrab.org. **A Cargill pode ter infringido a lei sobre a compra de terras na Colômbia**: Oxfam. 2013. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/22620>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MURPHY, S.; BURCH, D.; CLAPP, J. El lado oscuro del comercio mundial de cereales. **Informes de Investigación de Oxfam**, ago 2012. Disponível em: <https://www->

cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-es_3.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

NAKATANI, P. et al. **A expansão da China através da compra de terras no Brasil e no mundo**. 2014. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/NEheEP/Artigo_Faleiros.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

NOGUEIRA, A. **Moedas da Eritreia**. 1. ed. Clube de Autores, 2018.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 303-326, Dec. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300023. Acesso em: 23 out. 2020.

PINA, R. Brasil de Fato. **Só 87 empresas controlam a cadeia produtiva do agronegócio: versão brasileira do atlas do agronegócio faz raio-x do setor agrícola no mundo e no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/04/so-87-empresas-controlam-a-cadeia-produtiva-do-agronegocio>. Acesso em: 23 out. 2020.

PLAUT, M. BBC Brasil. **Ajuda à Etiópia foi desviada para compra de armas, revela BBC**. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2010/03/100302_etiopiadesvioajuda_ba. Acesso em: 23 out. 2020.

PONTES, B. M. S. A guerra entre a Etiópia e a Eritreia. **Revista de geopolítica**, Natal, v. 11, n. 2, p. 56-71, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/287>. Acesso em: 23 out. 2020.

RANGEL, T. L. V. **Fome: segurança alimentar e nutricional em pauta**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. *E-book*.

ROMERO, R. **Globalizacion y pobreza**. 1. ed. Colombia: Ediciones Unariño, 2002. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/5155/1/GlobalizaPobrezaRomeroLibro.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 116 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

THE LAND MATRIX. **Country profile: Brazil**. 2020. Disponível em: <https://landmatrix.org/stay-informed/country-profile-brazil/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

THE WORLD BANK. **World development indicators**. 2020. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SP.POP.TOTL&country=WL>. Acesso em: 11 abr. 2020.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

VIEIRA JR. et al. (ed.). **Geopolítica do alimento**: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade. Brasília, DF: EMBRAPA, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/205102/1/GEOPOLITICA-ALIMENTO-ed04-2019.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VITTE, C. C. S. A terra é o novo ouro: geopolítica dos alimentos, conflitos por terras e principais atores envolvidos na América do Sul. In: XVII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 05, 2017, São Paulo. **Anais**. SP, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVIIENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%204/ST%204.4/ST%204.4-02.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **2020 - Hunger map**. 2020. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/hunger-map-2020>. Acesso em: 06 nov. 2020.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.